

idp

idn

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAS E POLÍTICAS PÚBLICAS:
ESTUDO DOS MODELOS DE CONSÓRCIO CIEDEPAR E
ADES: PROPOSIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIOS
PÚBLICOS**

RITA DE CACIA LIMA

Brasília-DF, 2025

RITA DE CACIA LIMA

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DOS MODELOS DE CONSÓRCIO CIEDEPAR E ADES: PROPOSIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador

Professor Doutor Weder de Oliveira.

Brasília-DF 2025

RITA DE CACIA LIMA

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO DOS MODELOS DE CONSÓRCIO CIEDEPAR E ADES: PROPOSIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 20 / 03 / 2025

Banca Examinadora

Prof. Dr. Weder de Oliveira - Orientador

Profa. Dra. Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo

Profa. Dra. Rosângela Lemos da Silva

L732c Lima, Rita de Cacia
Consórcios intermunicipais e políticas públicas: estudo dos modelos de consórcio CIEDEPAR e ADES: proposições para formação de consórcios públicos / Rita de Cacia Lima. – Brasília: IDP, 2025.

109 f.
Inclui bibliografia.

Dissertação – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Mestrado Profissional em Administração Pública, Brasília, 2025.
Orientador: Prof. Dr. Weder de Oliveira .

1. Descentralização administrativa. 2. Consórcio intermunicipal. 3. Educação básica. I. Título.

CDD: 352

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todos que acreditaram no poder da educação para transformar vidas e comunidades. A minha família, por seu amor incondicional e por me ensinarem a importância do conhecimento. Ao meu orientador e professores, por guiarem meus passos com paciência e sabedoria. Aos amigos que, de perto ou de longe, sempre me encorajaram a seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores. E, por fim, aos consórcios intermunicipais de educação, tema desta pesquisa, que me inspiraram a acreditar na força da colaboração e do esforço coletivo na construção de um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação só foi possível graças ao apoio inestimável de muitas pessoas a quem desejo expressar minha profunda gratidão.

Primeiramente, agradeço a Deus, cuja presença me fortaleceu em cada desafio, sendo minha fonte constante de inspiração.

À família, minha base inabalável, sou eternamente grata pelo amor, paciência e encorajamento constantes, por acreditarem no valor da educação e no meu potencial.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Weder de Oliveira, que com sabedoria, dedicação e conselhos precisos, me guiou em cada etapa desta caminhada. Sua generosidade em compartilhar conhecimento foi fundamental para o amadurecimento desta pesquisa.

Aos amigos e colegas, que me ofereceram palavras de incentivo, suporte e compreensão nos momentos difíceis, e que celebraram comigo cada pequena vitória, meu mais sincero agradecimento. Não poderia deixar de mencionar meus professores, em especial Erica Fonseca, cujas aulas e/ou orientações ampliaram meus horizontes acadêmicos, e a todos os profissionais e instituições que colaboraram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. A vocês, minha eterna gratidão.

“Educação não transforma o mundo, educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

A gestão da educação básica no Brasil enfrenta desafios significativos, especialmente em municípios de pequeno e médio porte, que frequentemente possuem restrições financeiras e estruturais. Nesse contexto, os consórcios públicos intermunicipais e os arranjos de desenvolvimento da educação (ADEs) surgem como alternativas para otimizar recursos e promover a melhoria da qualidade educacional. Este estudo analisa dois modelos distintos de consorciamento educacional: o Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná (CIEDEPA/PR) e os ADEs da Chapada Diamantina, na Bahia. O objetivo da pesquisa é desenvolver diretrizes para a criação e aperfeiçoamento de consórcios públicos educacionais, com base na análise dos modelos CIEDEPA/PR e ADEs da Chapada Diamantina, identificando suas práticas eficazes e os desafios enfrentados em sua implementação e sustentabilidade. A metodologia adotada combina revisão bibliográfica, análise documental e estudo de arquétipos, permitindo uma compreensão aprofundada das estruturas de governança, fontes de financiamento, estratégias de formação continuada e impactos educacionais desses arranjos. Os resultados evidenciam que, enquanto o CIEDEPA/PR se caracteriza por uma governança centralizada e forte dependência de repasses públicos, os ADEs da Chapada Diamantina adotam um modelo descentralizado, com maior participação da comunidade e diversificação das fontes de financiamento. O estudo destes dois modelos indica que ambos os modelos apresentam contribuições relevantes para a gestão intermunicipal da educação, mas demandam ajustes para garantir maior sustentabilidade e eficiência. Conclui-se que a combinação entre governança estruturada, participação social e diversificação financeira é essencial para o sucesso de consórcios educacionais, fornecendo subsídios para sua replicação em outros contextos regionais.

Palavras chave: Descentralização. Consórcio público. Federalismo. Governança. Educação.

ABSTRACT

The management of basic education in Brazil faces significant challenges, especially in small and medium-sized municipalities, which often have financial and structural constraints. In this context, intermunicipal public consortia and education development arrangements (ADEs) emerge as alternatives to optimize resources and promote the improvement of educational quality. This study analyzes two distinct models of educational consortia: the Intermunicipal Consortium of Education and Teaching of Paraná (CIEDEPA/PR) and the ADEs of Chapada Diamantina, Bahia. The objective of the research is to develop guidelines for the creation and improvement of public educational consortia, based on the analysis of the CIEDEPA and ADEs of Chapada Diamantina models, identifying their effective practices and the challenges faced in their implementation and sustainability. The methodology adopted combines bibliographic review, document analysis and case study, allowing an in-depth understanding of the governance structures, funding sources, continuing education strategies and educational impacts of these arrangements. The results show that, while CIEDEPA/PR is characterized by centralized governance and strong dependence on public funds, the ADEs of Chapada Diamantina adopt a decentralized model, with greater community participation and diversified funding sources. The comparative analysis indicates that both models make relevant contributions to intermunicipal education management, but require adjustments to ensure greater sustainability and efficiency. It is concluded that the combination of structured governance, social participation and financial diversification is essential for the success of educational consortia, providing support for their replication in other regional contexts.

Keywords: Decentralization. Public consortium. Federalism. Governance. Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CIEDEPA/P R	Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná
ADE	Arranjo de Desenvolvimento da Educação
CIS	Contrato de Impacto Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CONAE	Conferência Nacional de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica.
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1

Distribuição dos municípios Consorciados no Brasil

.....30





LISTA DE QUADROS

Quadro 1

Estrutura de Governança do CIEDEPA/PR

.....**65**

Quadro 2

Análise comparativa dos modelos

.....**85**



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 16

2. CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS E PACTO FEDERATIVO: CAMINHOS PARA A COOPERAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA EDUCACIONAL NO BRASIL 20

2.1 CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS: CONCEITOS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA **23**

2.2 CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS NO BRASIL: EXPANSÃO E IMPACTO **29**

2.3 CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS NO BRASIL: SOLUÇÕES COLABORATIVAS E DESAFIOS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA **32**

2.3.1 TIPOLOGIAS DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS, SEUS OBJETIVOS E SUAS APLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E EDUCACIONAL **36**

3. A COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL NA EDUCAÇÃO: EMERGÊNCIA, DESAFIOS E IMPACTOS DOS CONSÓRCIOS EDUCACIONAIS 40

3.1 O PAPEL DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS NA EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA **46**

3.2 ARRANJOS INTERMUNICIPAIS NA EDUCAÇÃO: ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA, DESAFIOS OPERACIONAIS E PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE **50**

4. MODELOS DE CONSORCIAMENTO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CIEDEPA/PR E OS ADES DA CHAPADA DIAMANTINA 60

4.1. CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ (CIEDEPA/PR) **62**

4.1.1. ESTRUTURA E GOVERNANÇA **63**

4.1.2 FONTES DE FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE **66**

4.1.3 FORMAÇÃO CONTINUADA E IMPACTOS NA QUALIDADE EDUCACIONAL **68**

4.1.4 PONTOS FORTES E LIMITAÇÕES **70**

SUMÁRIO

4.2 ARRANJOS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DA CHAPADA DIAMANTINA.....	70
4.2.1 ESTRUTURA E GOVERNANÇA.....	72
4.2.2 FONTES DE RECURSOS E SUSTENTABILIDADE.....	73
4.2.3 FORMAÇÃO CONTINUADA E IMPACTOS NA QUALIDADE EDUCACIONAL.....	77
4.2.4 PONTOS FORTES E LIMITAÇÕES	80
4.3 COMPARAÇÃO E ANÁLISE DOS MODELOS.....	83

5. CONCLUSÃO	89
---------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	105
-------------------------	------------



1

INTRODUÇÃO

A administração eficiente dos recursos públicos tem se tornado um dos maiores desafios dos gestores educacionais no Brasil. No contexto da educação básica, essa questão se intensifica devido à necessidade de garantir ensino de qualidade para uma população diversa, distribuída em municípios com realidades socioeconômicas e estruturais distintas.

A descentralização da gestão educacional, consolidada pela Constituição Federal de 1988, transferiu para os municípios a responsabilidade pelo ensino fundamental, ampliando sua autonomia, mas também expondo desafios relacionados à governança, financiamento e capacidade de planejamento estratégico (Arretche, 2004). Diante dessas dificuldades, os consórcios intermunicipais e os arranjos de desenvolvimento da educação surgem como alternativas promissoras para fortalecer a cooperação entre municípios, otimizar recursos e promover maior equidade na oferta educacional.

A cooperação intermunicipal no setor educacional tem sido amplamente discutida na literatura especializada. De acordo com Abrucio e Segatto (2019), os consórcios públicos representam uma estratégia eficaz para enfrentar a fragmentação administrativa e garantir maior eficiência na implementação das políticas públicas.

Além disso, essa modalidade de gestão favorece o princípio do federalismo cooperativo, permitindo que municípios compartilhem responsabilidades e alcancem maior sinergia na formulação de estratégias para a educação básica (Brasil, 1988). No entanto, a eficácia desses modelos pode variar conforme o grau de engajamento dos entes envolvidos, as estratégias de financiamento adotadas e a estruturação dos processos de tomada de decisão (Mader, 2019).

O presente estudo tem como foco a análise de dois modelos de consorciamento educacional no Brasil: o Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná (CIEDEPA/PR) e os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) da Chapada Diamantina, na Bahia.

Ambos os modelos representam alternativas inovadoras para a gestão compartilhada da educação, promovendo colaboração intermunicipal na tentativa de superar desafios relacionados à equidade, à eficiência administrativa e à melhoria da qualidade do ensino.

Enquanto o CIEDEPA/PR adota um modelo de governança mais centralizado, com forte participação dos gestores municipais na formulação de políticas educacionais uniformizadas, os ADEs da Chapada Diamantina operam sob um formato mais descentralizado, valorizando o envolvimento da comunidade e das redes de ensino na tomada de decisão.

A escolha desses modelos se justifica por suas diferenças estruturais e regionais, permitindo uma análise aprofundada sobre os impactos de distintos arranjos institucionais no fortalecimento das capacidades municipais.

A questão central que norteia esta pesquisa é: quais elementos estruturais, operacionais e de governança são determinantes para a eficácia e replicabilidade dos modelos de consórcio educacional no Brasil?

Parte-se da hipótese de que a análise dos modelos CIEDEPA/PR e ADEs permitirá identificar fatores determinantes para a eficiência desses arranjos intermunicipais, destacando a importância da governança participativa, da sustentabilidade financeira e da capacidade de adaptação às realidades locais como elementos-chave para seu sucesso e expansão.

A relevância deste estudo reside na necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a governança dos consórcios educacionais e oferecer diretrizes para sua implementação em novos contextos regionais, considerando as disparidades socioeconômicas do país.

O objetivo geral desta pesquisa é desenvolver diretrizes para a criação e aperfeiçoamento de consórcios públicos educacionais, com base na análise dos modelos CIEDEPA/PR e ADEs da Chapada Diamantina, identificando suas práticas eficazes e os desafios enfrentados em sua implementação e sustentabilidade.

Para isso, foram definidos três objetivos específicos: (i) examinar as características estruturais, a governança e as estratégias de

financiamento dos consórcios analisados, identificando boas práticas e desafios; (ii) investigar os fatores críticos para o sucesso dos consórcios educacionais, com ênfase na colaboração intermunicipal, na sustentabilidade financeira e na eficiência administrativa; e (iii) desenvolver um modelo conceitual para a estruturação e funcionamento de novos consórcios públicos educacionais, considerando diferentes realidades regionais e as diretrizes da legislação vigente.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental, revisão bibliográfica e estudo de caso. A análise documental abrange legislações, regimentos internos e relatórios institucionais dos consórcios investigados. A revisão bibliográfica inclui estudos sobre governança pública, políticas educacionais e colaboração intermunicipal.

Além disso, o estudo de caso foi conduzido a partir de fontes primárias e secundárias, permitindo uma compreensão aprofundada das dinâmicas dos consórcios analisados. Essa combinação metodológica possibilita um olhar crítico sobre as experiências em curso, permitindo identificar fatores que contribuem para sua sustentabilidade e replicabilidade.

A presente pesquisa busca contribuir para o debate sobre o papel da cooperação intermunicipal no fortalecimento da gestão educacional, fornecendo evidências sobre os fatores que influenciam o sucesso e a sustentabilidade dos consórcios públicos educacionais.

Ao investigar as experiências do CIEDEPA/PR e dos ADEs da Chapada Diamantina, espera-se oferecer um panorama detalhado sobre os desafios e as oportunidades dessa forma de organização administrativa, fornecendo recomendações para sua ampliação e aperfeiçoamento.

Dessa forma, este estudo pretende auxiliar gestores públicos, pesquisadores e formuladores de políticas na construção de soluções mais eficazes para a gestão educacional intermunicipal, promovendo maior equidade e qualidade no ensino básico em diferentes contextos regionais do Brasil.



2

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS E PACTO FEDERATIVO: CAMINHOS PARA A COOPERAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA EDUCACIONAL NO BRASIL

Os elevados índices de desigualdade no Brasil são amplamente discutidos na literatura, não apenas sob a ótica socioeconômica, mas também em aspectos territoriais, históricos e étnicos.

Essas desigualdades se manifestam nas disparidades regionais, refletindo-se na oferta de serviços públicos, especialmente na educação (Arretche, 2012). As diferenças entre estados e municípios impõem desafios significativos à formulação e implementação de políticas educacionais, tornando essencial a busca por estratégias que promovam maior equidade na gestão do ensino.

Nesse contexto, os consórcios intermunicipais emergem como uma alternativa viável para mitigar essas assimetrias, possibilitando que municípios colaborem na formulação e execução de políticas educacionais, compartilhando recursos financeiros, técnicos e administrativos para promover maior eficiência e qualidade no ensino (Abrucio, 2005).

Ademais, a troca de experiências e o desenvolvimento de soluções conjuntas favorecem a disseminação de boas práticas, evitando a duplicação de esforços e otimizando a gestão educacional, possibilitando uma maior efetividade na execução das políticas públicas municipais (Souza, 2006).

A Constituição de 1988 representou um marco na descentralização da administração pública, ao conferir maior autonomia aos municípios e ampliar suas responsabilidades na execução de políticas sociais. Esse novo arranjo federativo fortaleceu o municipalismo, mas não foi acompanhado por uma reforma fiscal que garantisse recursos suficientes para que os entes locais pudessem cumprir suas novas atribuições (Abrucio, 2010).

Para Lousada (2008) a centralização da arrecadação na União e a distribuição desigual de receitas colocaram muitos municípios, sobretudo os de pequeno porte, em uma posição de vulnerabilidade, dificultando a implementação de políticas públicas eficazes.

Como alternativa a esse cenário, os consórcios intermunicipais surgiram como uma solução para fortalecer a gestão pública, proporcionando ganhos de escala e maior eficiência na oferta de serviços essenciais. No setor educacional, essa cooperação se mostra ainda mais relevante, pois permite que municípios compartilhem infraestrutura, desenvolvam programas de capacitação de professores e implementem currículos adaptados às especificidades regionais, contribuindo para um sistema educacional mais inclusivo e adaptado às realidades locais (Ribeiro, 2018).

A regulamentação dos consórcios públicos foi consolidada pela Lei nº 11.107/2005, que estabeleceu diretrizes para a gestão associada de serviços públicos entre os entes federativos (Brasil, 2005). Essa legislação representou um marco na organização da cooperação intermunicipal, proporcionando maior segurança jurídica para a formalização dessas parcerias e incentivando a busca por soluções compartilhadas para desafios comuns entre municípios.

Com a normatização dos consórcios públicos, consolidou-se a possibilidade de criação de estruturas administrativas autônomas, dotadas de personalidade jurídica e capacidade para celebrar contratos, gerir recursos e implementar políticas públicas de forma integrada (Pires, 2011).

Esse modelo fortaleceu a capacidade administrativa dos entes federativos, permitindo maior eficiência na alocação de recursos e na execução de serviços essenciais. Além disso, a regulamentação viabilizou a ampliação significativa do número de consórcios no Brasil, especialmente nas áreas de saúde, infraestrutura e educação, onde a cooperação intermunicipal se mostrou fundamental para superar limitações financeiras e estruturais (Trevas, 2013).

Contudo, apesar dos avanços legais e da crescente adesão a esse modelo de governança cooperativa, sua implementação ainda enfrenta desafios consideráveis. A resistência política, a burocracia inerente aos processos administrativos e a necessidade de maior articulação entre os entes federados são obstáculos que dificultam a expansão e a consolidação dos consórcios públicos. Muitos gestores

municipais demonstram receio em aderir a essas iniciativas, temendo a perda de autonomia administrativa ou dificuldades na definição de responsabilidades e na repartição de recursos financeiros (Ribeiro, 2007).

Esses fatores evidenciam a necessidade de aprimoramento contínuo do marco normativo e da implementação de mecanismos que fortaleçam a confiança e a cooperação entre os municípios, garantindo maior eficácia e sustentabilidade na gestão dos consórcios públicos.

A cooperação intermunicipal tem se consolidado como uma estratégia fundamental para aprimorar a gestão educacional, especialmente em regiões com recursos limitados. Os consórcios educacionais permitem que municípios pequenos e médios desenvolvam políticas públicas de forma conjunta, otimizando investimentos e garantindo maior alcance das iniciativas (Teixeira; Meneguín, 2012).

No Paraná, por exemplo, a experiência dos consórcios intermunicipais na área da educação tem demonstrado impactos positivos na formação de professores e na melhoria da infraestrutura escolar (Pereira, 2018).

Na Chapada Diamantina, os consórcios têm sido fundamentais para a implementação de políticas educacionais contextualizadas, respeitando as especificidades socioculturais da região e promovendo maior inclusão (Silva; Almeida, 2017).

Esses exemplos ilustram como a gestão associada pode contribuir para a superação de desafios estruturais, fortalecendo a capacidade institucional dos municípios e garantindo um ensino de melhor qualidade (Costa; Faria, 2016).

O pacto federativo brasileiro, embora estabelecido com o intuito de garantir autonomia aos entes subnacionais, apresenta desafios que comprometem a implementação eficiente das políticas públicas (Losada, 2008).

A descentralização de responsabilidades sem a devida redistribuição de recursos tem imposto dificuldades à governança municipal, reforçando desigualdades regionais e limitando a capacidade de resposta dos governos locais (Abrucio, 2010). Os

consórcios intermunicipais representam uma alternativa viável para reverter esse quadro, permitindo que os municípios superem restrições administrativas e financeiras por meio da cooperação (Ribeiro, 2018).

No setor educacional, essa estratégia tem se mostrado promissora, ao possibilitar a implementação de programas de alfabetização, a oferta de transporte escolar compartilhado e a realização de ações de formação continuada para docentes (Pacheco, 2006).

A expansão dos consórcios intermunicipais reflete um avanço na governança educacional no Brasil, consolidando-se como um mecanismo eficaz para a melhoria da gestão pública (Trevas, 2013). Ao permitir a colaboração entre municípios, os consórcios favorecem a criação de políticas mais alinhadas às realidades locais, garantindo maior eficiência na alocação de recursos e reduzindo as desigualdades no acesso à educação de qualidade (Brito, 2019).

Apesar dos desafios, a experiência dos consórcios intermunicipais demonstra que a cooperação federativa pode fortalecer a administração pública, promovendo maior equidade na distribuição dos serviços educacionais e contribuindo para a redução das disparidades regionais (Gomes, 2020). Nesse sentido, a ampliação do uso desse modelo e o aprimoramento de sua regulamentação são passos fundamentais para consolidar uma gestão educacional mais integrada e eficiente no país (Oliveira, 2018).

2.1 CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS: CONCEITOS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A trajetória dos consórcios intermunicipais no Brasil é marcada por transformações profundas e estratégicas, moldadas por questões políticas, econômicas e sociais que impulsionaram a necessidade de soluções colaborativas entre municípios. A prática da cooperação intermunicipal surgiu como uma resposta fundamental à fragmentação administrativa e às limitações de recursos, sobretudo nos municípios de menor porte, cuja estrutura institucional e capacidade financeira se mostraram insuficientes para atender, de maneira autônoma, às crescentes demandas locais (Costa, 2015, p.26).

Desde as primeiras iniciativas de consorciamento, observa-se um movimento contínuo de adaptação e aprimoramento desse

modelo de governança compartilhada, impulsionado pela necessidade de superar desafios estruturais que afetam, em especial, os pequenos municípios. A crescente demanda por serviços públicos de qualidade, aliada à escassez de recursos e à dificuldade na implementação de políticas públicas eficientes, levou à consolidação dos consórcios como alternativa viável para otimizar a gestão e ampliar a oferta de serviços essenciais.

A possibilidade de compartilhar equipamentos, mão de obra especializada e expertise administrativa tornou-se um fator determinante para a redução das desigualdades regionais e para o fortalecimento da capacidade institucional dos entes federados (Pereira, 2011, p.9; Ribeiro, 2017, p.50).

Nesse cenário, os consórcios intermunicipais assumem um papel estratégico na gestão pública brasileira, permitindo que municípios colaborem em iniciativas conjuntas que, de forma isolada, seriam inviáveis. Além de possibilitar maior eficiência na execução de políticas públicas, esse modelo de cooperação também promove maior racionalização dos gastos e otimização dos recursos disponíveis, favorecendo a sustentabilidade fiscal e administrativa dos entes consorciados.

Assim, os consórcios intermunicipais se consolidam não apenas como uma alternativa à gestão tradicional, mas como uma ferramenta essencial para o fortalecimento do federalismo cooperativo e para a promoção do desenvolvimento regional (Teixeira; Meneguim, 2012, p.43).

A Constituição de 1988 representou um marco transformador no ordenamento jurídico do país, ao conferir aos municípios maior autonomia política, financeira e administrativa, elevando-os à condição de entes federativos (Brasil, 1988). Esse novo cenário institucional facilitou o surgimento dos consórcios públicos como instrumentos legais de promoção da gestão compartilhada e descentralizada de políticas públicas, especialmente na prestação de serviços essenciais.

A relevância dos consórcios públicos cresceu com o avanço das discussões sobre descentralização e eficiência na gestão pública, reforçando seu papel na implementação de políticas setoriais (Souza, 2019, p.125; Ribeiro, 2007, p.51-53).

Contudo, foi a promulgação da Lei Federal nº 11.107, em 6 de abril de 2005, que consolidou o marco regulatório dos consórcios

intermunicipais, estabelecendo diretrizes normativas fundamentais e incorporando inovações conceituais. Esta legislação ampliou significativamente a capacidade de cooperação intergovernamental, promovendo uma governança pública mais integrada e eficaz, veja-se:

[...] constituem poderoso instrumento para não só os municípios, mas também os estados menos abastados de recursos, enfrentarem conjuntamente os problemas que assolam suas populações, somando recursos materiais, financeiros e humanos de cada ente, por meio da utilização conjunta de máquinas, equipamentos e mão de obra especializada, realizando ações coordenadas que, se fossem implementadas isoladamente, não atingiriam os resultados almejados (Brasil, 2005, p.32).

Em um país de vastas proporções territoriais, a fragmentação administrativa historicamente impôs obstáculos consideráveis à coordenação de políticas públicas de forma integrada. A diversidade geográfica e socioeconômica do Brasil ampliou a complexidade da gestão pública, tornando desafiadora a implementação de soluções uniformes para problemas comuns a diferentes municípios. Nesse contexto, a busca por mecanismos de cooperação intermunicipal tornou-se uma necessidade estratégica para garantir maior eficiência na prestação de serviços essenciais.

Embora o marco legal para a formalização dos consórcios tenha se consolidado apenas nas últimas décadas, as primeiras tentativas de cooperação entre municípios remontam ao século XX, em um cenário de intensificação da urbanização e industrialização, que ampliou as demandas por infraestrutura, saúde e saneamento básico (Arretche, 1999, p.55).

O crescimento acelerado das cidades e a desigualdade na distribuição de recursos evidenciaram as limitações da atuação isolada dos municípios, tornando indispensável a busca por estratégias compartilhadas de gestão pública.

Durante as décadas de 1940 e 1950, o Brasil começou a enfrentar desafios cada vez mais complexos, especialmente em setores fundamentais como infraestrutura e saúde pública. O aumento da população urbana, a precariedade dos serviços básicos em muitas localidades e a necessidade de modernização dos equipamentos públicos reforçaram a percepção de que os municípios,

individualmente, não possuíam capacidade técnica, financeira e institucional para lidar com tais demandas de forma eficaz.

Desta forma, experiências iniciais de cooperação intermunicipal começaram a se estruturar de maneira informal, impulsionadas pela necessidade de otimizar recursos e garantir maior capilaridade na oferta de serviços à população. Esse movimento, ainda que incipiente, lançaria as bases para a posterior institucionalização dos consórcios públicos como instrumento de governança cooperativa e desenvolvimento regional.

A proposta de consórcios intermunicipais, portanto, ganhou relevância como uma estratégia para fortalecer a gestão pública através da colaboração entre cidades, permitindo o compartilhamento de recursos e responsabilidades e otimizando as capacidades administrativas dos municípios (Rezende, 2010, p.71).

Os consórcios públicos tornaram-se instrumentos estratégicos para a resolução de desafios comuns enfrentados pelos municípios, proporcionando uma abordagem colaborativa que visa impulsionar o desenvolvimento político, administrativo, econômico e social em nível local e regional (Brasil, 2014, sp/p).

Esta cooperação intermunicipal busca aprimorar a eficiência da gestão pública e fortalecer a capacidade institucional dos entes envolvidos, criando condições favoráveis para a formulação e execução de políticas públicas integradas, que atendam às necessidades regionais (Abrucio, 2010, p.51-53). Contudo, o período de centralização política dos anos 1960 limitou o avanço de tais arranjos.

Apesar disso, o modelo de consórcios permaneceu em discussão como alternativa para resolver problemas estruturais em regiões com menor capacidade administrativa e financeira. Durante esse período, algumas iniciativas pontuais, como os consórcios de saneamento básico, começaram a tomar forma, demonstrando a eficácia potencial da colaboração intermunicipal (Souza, 2004, p.17).

A formalização dos consórcios ganhou força com a promulgação da Constituição de 1988, que descentralizou a gestão pública e ampliou a autonomia dos entes federados. Este novo arranjo federativo, pautado pela descentralização e cooperação, abriu caminho para a institucionalização dos consórcios públicos, especialmente a partir da década de 1990, quando a gestão municipal passou a enfrentar desafios

mais complexos, como o aumento da demanda por serviços e a escassez de recursos financeiros (Ribeiro, 2007, p.42).

Com a redemocratização dos anos 1980, o Brasil testemunhou uma mudança significativa em sua abordagem à gestão pública, voltando-se para a descentralização administrativa e o fortalecimento dos municípios.

A Constituição de 1988 consolidou esse movimento, reconhecendo os municípios como entes federativos autônomos, o que abriu espaço para formas mais estruturadas de cooperação intermunicipal (Costa; Faria, 2016, p.99). Essa busca pela eficiência e superação de obstáculos locais culminou na criação de mecanismos legais que permitiram maior integração entre os entes municipais.

Durante a década de 1990, os consórcios se expandiram para áreas como desenvolvimento econômico regional, gestão ambiental e assistência social. Com o crescente papel dos municípios na formulação e execução de políticas públicas, os consórcios consolidaram-se como um modelo eficiente de governança, proporcionando uma resposta eficaz às demandas de um país em acelerada transformação social e econômica (Pires, 2015, p.46; Teixeira; Meneguim, 2012, p.93).

Trevas (2013, p.33) destaca que "o consórcio público constitui um arranjo institucional de grande importância para o fortalecimento da regionalização". Nesse sentido, os consórcios intermunicipais transcendem a mera cooperação entre entes federativos, configurando-se como um rearranjo administrativo estratégico que visa não apenas a otimização de recursos limitados, mas também a ampliação da capacidade de gestão e a implementação de políticas públicas de maneira mais eficiente.

Ao permitir a divisão de responsabilidades e a concentração de esforços em objetivos comuns, os consórcios fortalecem a governança local e regional, tornando a administração pública mais eficaz e sustentável.

Essa reorganização institucional surge como resposta direta às necessidades urgentes de muitos municípios brasileiros, especialmente aqueles que lidam com severas restrições orçamentárias e carência de profissionais especializados. O déficit estrutural enfrentado por essas localidades compromete a oferta de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, saneamento e

infraestrutura, tornando indispensável a adoção de modelos cooperativos que viabilizem a superação dessas dificuldades.

A vasta extensão territorial do Brasil, aliada às profundas desigualdades socioeconômicas entre as regiões, acentua a disparidade no acesso a serviços públicos de qualidade. Municípios menores ou geograficamente isolados frequentemente não dispõem de condições financeiras e administrativas para implementar políticas públicas eficazes de forma autônoma (Oliveira, 2020, p.68).

Assim sendo, os consórcios intermunicipais surgem como uma alternativa prática e necessária para enfrentar esses desafios estruturais, permitindo o compartilhamento de responsabilidades, custos e expertise entre os entes consorciados. Além de promover maior eficiência administrativa, essa abordagem fortalece a articulação entre os municípios e contribui para a redução das desigualdades regionais, consolidando-se como um mecanismo essencial para o aprimoramento da gestão pública no Brasil.

Para compreender plenamente a relevância dos consórcios intermunicipais no Brasil, é fundamental examinar suas definições, tipologias e teorias que sustentam sua aplicação prática e seu impacto na governança pública. Os consórcios podem ser classificados de acordo com critérios como área de atuação, estrutura organizacional e objetivos específicos de cada parceria.

A legislação que regulamenta os consórcios, especialmente a Lei nº 11.107/2005, é crucial para entender seu funcionamento e seu papel no fortalecimento da cooperação intergovernamental. A análise dessa legislação revela como os consórcios têm sido utilizados para aprimorar a implementação de políticas públicas em nível regional, proporcionando maior equidade na distribuição de recursos e serviços (Brasil, 2005, s/p).

No campo da educação básica, os consórcios intermunicipais têm uma função crucial. Eles permitem que municípios com diferentes capacidades financeiras e administrativas colaborem para garantir que todas as crianças, independentemente da localidade, tenham acesso a uma educação de qualidade. Assim, os consórcios funcionam como mecanismos de equalização das oportunidades educacionais, reduzindo as disparidades territoriais. Além disso, ao compartilhar recursos e expertise, os consórcios fortalecem a capacidade

institucional dos municípios, promovendo uma gestão mais eficiente e eficaz dos sistemas educacionais (Silva; Almeida, 2017, p.39).

O Art. 2º, inciso I, do Decreto nº 6.017/2007 define consórcio público como:

Pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei no 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos (Brasil, 2007, s/p).

Em síntese, os consórcios intermunicipais se apresentam como uma solução inovadora e estratégica para muitos dos desafios enfrentados pelos municípios brasileiros. Por meio da cooperação e da integração de esforços, os consórcios possibilitam a superação de barreiras que, de outra forma, seriam intransponíveis para muitos municípios, especialmente nas áreas mais complexas da administração pública, como a educação básica.

A relevância dessa prática está intimamente ligada à sua capacidade de promover a eficiência administrativa, a maximização de recursos e a melhoria da governança pública, contribuindo para o desenvolvimento regional e o fortalecimento das políticas públicas em todo o território nacional.

2.2 CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS NO BRASIL: EXPANSÃO E IMPACTO

De acordo com levantamentos e pesquisas da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), mais de 3.100 municípios no Brasil já estão engajados em colaborações intermunicipais por meio de consórcios, possibilitando a execução de políticas públicas de forma conjunta. Esse número representa mais da metade dos municípios brasileiros e continua em expansão, refletindo a crescente relevância desses arranjos cooperativos (CNM, 2023, s/p). Essa prática, que era incomum antes da Constituição de 1988, ganhou destaque desde então.

Atualmente, o Brasil há cerca de 700 consórcios públicos em operação, um número expressivo se comparado aos apenas 8

consórcios existentes antes de 1988. O crescimento substancial desse mecanismo de cooperação, especialmente após 2012, quando havia 401 consórcios registrados, demonstra a relevância crescente dos consórcios na administração pública federativa (CNM, 2023).

A figura 1 apresenta a distribuição dos municípios consorciados espalhados pelo Brasil:

Figura 1 – Distribuição dos municípios Consorciados no Brasil (consorciados x não consorciados)



Fonte: CNM (2023).

Conforme apontado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2023), a participação em consórcios públicos reflete uma estratégia consolidada para o fortalecimento da gestão municipal, especialmente em regiões onde a cooperação é essencial para suprir limitações administrativas e financeiras. A distribuição dos municípios consorciados indica uma predominância em áreas onde a necessidade de compartilhamento de recursos e a busca por eficiência na prestação de serviços públicos são mais evidentes, sugerindo que os consórcios se tornaram instrumentos fundamentais para a implementação de políticas públicas integradas e adaptadas às realidades regionais.

Nesse sentido, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2016, p. 10-11) destaca que:

[...] os consórcios públicos intermunicipais emergem como uma alternativa para o fortalecimento e integração dos governos locais por meio da colaboração recíproca, visando a realização de objetivos comuns que não seriam alcançados apenas com a ação isolada dos municípios. Esses consórcios

trazem inovações na gestão, possibilitando a execução de serviços e políticas públicas com maior eficiência, agilidade e transparência, além de promover a racionalização e a otimização do uso dos recursos públicos.

A criação de consórcios públicos está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente em metas relacionadas à educação, meio ambiente, consumo responsável e promoção da equidade (ONU, 2015, s/p).

Esses consórcios têm como principal objetivo reduzir as desigualdades regionais e fomentar parcerias estratégicas para a concretização de metas comuns. Ao adotar uma abordagem cooperativa, os consórcios públicos se consolidaram como instrumentos fundamentais para a implementação de políticas públicas em áreas essenciais, promovendo maior eficiência na gestão e garantindo um alcance mais amplo dos serviços oferecidos (Silva; Pinto, 2021).

A trajetória dos consórcios públicos no Brasil evidencia avanços significativos, mas também desafios que precisam ser continuamente superados para garantir a sua efetividade. No setor da saúde, por exemplo, a cooperação intermunicipal tem desempenhado um papel crucial na ampliação do acesso a serviços especializados, possibilitando que municípios compartilhem infraestrutura e profissionais qualificados. Por meio dessa estratégia, tornou-se viável oferecer exames de alta complexidade, atendimentos médicos especializados e outras iniciativas que, isoladamente, muitos municípios não teriam condições de custear.

Um exemplo emblemático dessa colaboração é o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira, que se tornou referência na gestão compartilhada de recursos e serviços de saúde entre os municípios da região (CNM, 2023, s/p). Esse modelo viabilizou a criação de centros de referência em saúde, contribuindo para a otimização dos recursos públicos e garantindo um atendimento mais qualificado e acessível à população local. Além disso, a atuação conjunta dos municípios fortaleceu a capacidade de negociação com fornecedores e ampliou as possibilidades de financiamento, favorecendo a sustentabilidade das ações implementadas (Rezende; Costa, 2019, p.46).

Portanto, os consórcios públicos, especialmente no setor da saúde, demonstram um impacto positivo na gestão pública, oferecendo alternativas concretas para enfrentar as limitações financeiras e estruturais dos municípios. A experiência do Vale do Ribeira exemplifica como a cooperação intermunicipal pode ser um caminho eficaz para garantir a universalização de serviços essenciais, promovendo maior equidade e fortalecendo a regionalização da administração pública.

2.3 CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS NO BRASIL: SOLUÇÕES COLABORATIVAS E DESAFIOS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A administração eficiente dos recursos públicos é um desafio constante para os gestores no Brasil contemporâneo. A crescente interconexão social, econômica e política, aliada às demandas cada vez mais complexas da população, intensifica a necessidade de soluções inovadoras para otimizar a gestão pública.

Nesse cenário, os consórcios intermunicipais emergem como alternativas estratégicas para a implementação conjunta de políticas públicas, sobretudo em áreas que enfrentam limitações financeiras e administrativas.

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), mais de 3.100 municípios brasileiros já estão envolvidos em colaborações por meio de consórcios, o que representa mais da metade dos municípios do país, com tendência de crescimento contínuo (CNM, 2023, s/p).

Antes da Constituição de 1988, a cooperação entre municípios era praticamente inexistente, mas, desde então, o número de consórcios aumentou significativamente. Atualmente, cerca de 700 consórcios públicos estão em operação, um avanço expressivo em comparação aos apenas oito existentes antes de 1988.

Esse crescimento evidencia a importância da cooperação intermunicipal, especialmente após 2012, quando havia 401 consórcios registrados, refletindo a crescente necessidade desse mecanismo na busca por uma gestão pública mais eficiente e adequada às necessidades regionais (CNM, 2023, s/p).

No setor educacional, os consórcios intermunicipais desempenham um papel fundamental na gestão das políticas públicas para a educação básica, principalmente em municípios com recursos escassos.

A colaboração entre municípios possibilitou a implementação de programas de capacitação de professores, o desenvolvimento de currículos ajustados às realidades locais e a melhoria da infraestrutura escolar (Pereira, 2018, p. 256).

Assim, esses consórcios representam uma resposta inovadora aos desafios enfrentados pelos pequenos municípios na oferta de educação, permitindo soluções mais alinhadas às necessidades locais e promovendo maior equidade no acesso à educação de qualidade.

Outrossim, os consórcios intermunicipais têm se mostrado eficientes na gestão dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), promovendo uma distribuição mais equitativa de recursos e reduzindo as desigualdades regionais.

A cooperação intermunicipal tem possibilitado o desenvolvimento de projetos pedagógicos inovadores, promovendo a troca de experiências entre municípios e ampliando as oportunidades de formação continuada para professores. Além disso, a gestão compartilhada tem contribuído para a melhoria da infraestrutura educacional, garantindo investimentos mais eficientes e fortalecendo a capacidade dos municípios de oferecer um ensino público de qualidade (Teixeira; Meneguim, 2012, p. 77).

O modelo consorciado, ao estimular a colaboração entre os entes federativos, favorece a implementação de políticas educacionais mais abrangentes, especialmente em regiões onde a carência de recursos e a disparidade na oferta de serviços educacionais são mais acentuadas.

Embora os avanços sejam evidentes, a implementação dos consórcios intermunicipais ainda enfrenta desafios consideráveis, que limitam seu crescimento e comprometem sua efetividade. Um dos principais entraves reside na resistência política de alguns gestores municipais, que receiam perder autonomia ao aderirem a iniciativas que envolvem cooperação institucional e divisão de poder.

Esse temor, muitas vezes associado a interesses locais e à dificuldade de adaptação a novas dinâmicas administrativas, tem resultado em uma adesão gradual e fragmentada ao modelo de consorciamento, impactando diretamente sua viabilidade e capacidade de transformação (Losada, 2008, p. 36-39).

Além da resistência política, a complexidade dos processos legais e burocráticos representa outro obstáculo significativo para a expansão dos consórcios intermunicipais. A formalização dessas parcerias exige o cumprimento de uma série de normativas, desde a elaboração de estatutos e contratos de rateio até a definição clara das atribuições e responsabilidades de cada ente envolvido.

A exigência de conformidade com a legislação vigente pode tornar o processo moroso, dificultando a criação e operacionalização dos consórcios, especialmente em municípios com estrutura administrativa limitada.

Diante desse cenário, torna-se fundamental a adoção de estratégias que incentivem a adesão ao modelo consorciado, seja por meio da simplificação dos trâmites burocráticos, seja pelo fortalecimento de políticas públicas que promovam a cultura da cooperação intermunicipal. A superação desses desafios permitirá que os consórcios alcancem seu pleno potencial, consolidando-se como instrumentos essenciais para a gestão eficiente e sustentável de políticas públicas no Brasil.

Embora a legislação forneça diretrizes claras para a criação e manutenção dos consórcios, sua interpretação muitas vezes restritiva dificulta a operacionalização dessas iniciativas.

Isso gera incertezas quanto às responsabilidades de cada ente consorciado e pode levar à descontinuidade de projetos que exigem um planejamento de longo prazo (Oliveira, 2018, p. 74). No entanto, apesar dessas dificuldades, a trajetória dos consórcios no país demonstra resiliência e capacidade de adaptação, evidenciando que, ao longo dos anos, esses mecanismos se consolidaram como ferramentas indispensáveis para a gestão pública.

A cultura de cooperação intermunicipal, ainda que desenvolvida de forma gradual, tem se mostrado eficaz na superação de desafios estruturais que, isoladamente, os municípios não conseguiriam enfrentar (Pires, 2015, p. 39).

A diversidade de áreas de atuação dos consórcios públicos no Brasil reforça sua importância para o fortalecimento da governança municipal. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2023, s/p), os consórcios atuam em setores como saúde, meio ambiente, gestão de resíduos sólidos, infraestrutura, agricultura, turismo, educação e assistência social.

A área da saúde lidera a lista, representando 55,8% dos consórcios, evidenciando a relevância de abordagens colaborativas para enfrentar as dificuldades administrativas e financeiras de muitos municípios, principalmente aqueles com menor capacidade estrutural. Outros setores, como meio ambiente e resíduos sólidos, também têm uma participação significativa, demonstrando a preocupação crescente com a sustentabilidade e a gestão eficiente dos recursos naturais.

Na área da educação, os consórcios intermunicipais representam 16,3% das iniciativas, desempenhando um papel crucial na superação de desigualdades regionais.

A colaboração entre municípios tem possibilitado ações como a qualificação de docentes, a formulação de currículos mais contextualizados e a melhoria da infraestrutura das escolas. Essas iniciativas favorecem um sistema educacional mais inclusivo e ajustado às especificidades locais, garantindo uma maior equidade na oferta de serviços educacionais (CNM, 2023, s/p).

Apesar dos desafios enfrentados na implementação dos consórcios intermunicipais, as experiências bem-sucedidas demonstram que esse modelo tem potencial para se tornar uma solução cada vez mais relevante no contexto da gestão pública. A crescente necessidade de eficiência na administração dos recursos públicos e a busca por maior equidade na oferta de serviços essenciais reforçam a importância dos consórcios como instrumentos estratégicos para a governança cooperativa.

No setor educacional, os consórcios intermunicipais têm se consolidado como alternativas viáveis para reduzir desigualdades e aprimorar a qualidade da educação básica. Ao viabilizar o compartilhamento de infraestrutura, a formação continuada de professores e a implementação de projetos pedagógicos inovadores, essa abordagem contribui para o fortalecimento da gestão educacional e para a ampliação do acesso a oportunidades de ensino qualificadas.

A atuação conjunta entre os municípios possibilita a racionalização dos investimentos, permitindo uma alocação mais eficiente dos recursos e garantindo melhores condições para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação.

Sendo assim, a consolidação da cultura de cooperação intermunicipal pode desempenhar um papel fundamental na construção de políticas educacionais mais eficazes e alinhadas às realidades locais. Ao estimular a articulação entre os entes federados, os consórcios favorecem a implementação de soluções integradas, promovendo a educação como um direito fundamental e uma responsabilidade compartilhada.

Dessa forma, o fortalecimento dos consórcios intermunicipais no campo educacional não apenas contribui para a melhoria da qualidade do ensino, mas também reforça a importância da colaboração entre municípios como um caminho para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades regionais.

2.3.1 TIPOLOGIAS DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS, SEUS OBJETIVOS E SUAS APLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E EDUCACIONAL.

Os consórcios intermunicipais vêm se consolidando como uma solução eficaz dentro da gestão pública brasileira, indo além de um mero arranjo administrativo. Eles representam uma ferramenta estratégica para a formulação e implementação de políticas públicas que atendem às necessidades coletivas de municípios vizinhos. No contexto educacional, esses consórcios assumem um papel essencial, promovendo a cooperação entre municípios para superar limitações financeiras e estruturais na oferta de educação básica (Oliveira, 2018, p. 41-49).

Um consórcio intermunicipal consiste na associação de dois ou mais municípios que, por meio de um convênio formal, unem esforços para desenvolver programas e ações conjuntas. Essa colaboração vai além do simples compartilhamento de recursos financeiros e logísticos, abrangendo também a troca de experiências, a modernização de práticas administrativas e a implementação de soluções inovadoras na gestão pública. Dessa forma, os consórcios intermunicipais se consolidam como instrumentos estratégicos para otimizar

capacidades institucionais e enfrentar desafios comuns de maneira cooperativa e eficiente (Meireles, 2015, p. 92).

No contexto educacional, os consórcios intermunicipais surgem como uma resposta estruturada às dificuldades enfrentadas pelos municípios na oferta de ensino básico de qualidade, especialmente aqueles com limitações orçamentárias e de infraestrutura. Esses arranjos intermunicipais possibilitam a implementação de programas de capacitação docente contínua, garantindo que professores estejam sempre atualizados e preparados para lidar com as demandas educacionais contemporâneas.

Destarte, a criação de currículos adaptados às realidades locais permite uma abordagem mais contextualizada e eficaz no processo de ensino-aprendizagem, promovendo uma educação mais alinhada às necessidades específicas de cada região.

Outro aspecto relevante dos consórcios educacionais é a melhoria da infraestrutura escolar e da gestão dos recursos educacionais. Ao unir esforços, os municípios participantes conseguem otimizar investimentos, evitar desperdícios e garantir uma distribuição mais equitativa de equipamentos, materiais didáticos e transporte escolar. Isso contribui para ampliar o acesso à educação e reduzir as desigualdades regionais, permitindo que estudantes de diferentes localidades tenham oportunidades similares de aprendizado.

Todavia, a gestão compartilhada fortalece a articulação entre os municípios, promovendo maior integração e cooperação na formulação e execução de políticas públicas educacionais (Martins, 2018, p. 93).

Dessa maneira, os consórcios intermunicipais na educação não apenas representam uma alternativa viável para superar desafios estruturais, mas também reforçam a importância da colaboração entre os entes federativos como um caminho para construir um sistema educacional mais eficiente, inclusivo e equitativo.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2023) aponta que, entre os mais de 3.100 municípios brasileiros que participam de consórcios públicos, cerca de 16,3% fazem parte de consórcios voltados à educação. Esse número reflete a crescente adesão de municípios a modelos de gestão compartilhada para superar desafios na oferta de

ensino de qualidade, especialmente em localidades com recursos financeiros e técnicos limitados.

Exemplos de boas práticas demonstram que, ao unir esforços, os municípios conseguem ampliar significativamente a oferta e a qualidade dos serviços educacionais. Casos como o Consórcio Intermunicipal de Educação do Vale do Ribeira evidenciam como essa estratégia pode gerar impactos positivos no desempenho escolar por meio da formação continuada de professores e da troca de boas práticas pedagógicas entre os entes participantes (Pereira, 2018, p. 256).

Apesar do avanço desse modelo, desafios persistem. A resistência política, muitas vezes motivada pela preocupação com a autonomia municipal, tem dificultado a criação de novos consórcios. Além disso, a burocracia e a interpretação restritiva da legislação impõem barreiras à sua operacionalização (Pires, 2015, p. 39). No entanto, a experiência dos municípios que já adotaram esse modelo sugere que a cultura de cooperação intermunicipal pode ser uma estratégia eficaz para superar dificuldades estruturais e promover políticas educacionais mais equitativas e eficientes (Losada, 2008, p. 36-39).

A análise da trajetória dos consórcios educacionais no Brasil revela sua importância crescente na estruturação de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da educação. A tendência de expansão desses arranjos aponta para um futuro em que a cooperação intermunicipal será cada vez mais essencial para garantir um ensino mais inclusivo, adaptado às necessidades regionais e capaz de reduzir desigualdades educacionais.



3

3

A COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL NA EDUCAÇÃO: EMERGÊNCIA, DESAFIOS E IMPACTOS DOS CONSÓRCIOS EDUCACIONAIS

A educação básica no Brasil enfrenta desafios significativos que vão desde limitações financeiras até dificuldades na implementação de políticas públicas que garantam qualidade e equidade. Diante desse cenário, os consórcios intermunicipais emergem como uma alternativa institucional que fortalece a cooperação entre municípios, promovendo um melhor aproveitamento de recursos e o desenvolvimento de estratégias conjuntas para enfrentar desigualdades educacionais (Gomes, 2019, p.44).

A formação desses consórcios responde à necessidade de municípios com menor capacidade administrativa e financeira trabalharem coletivamente para oferecer educação de qualidade. A atuação conjunta permite maior eficiência na formulação e execução de políticas educacionais, otimizando investimentos em infraestrutura, formação de professores e inovação pedagógica (Santos, 2020, p.93).

Além de ampliar o acesso à educação, os consórcios intermunicipais possibilitam a diversificação das práticas educacionais ao promover a troca de experiências entre diferentes localidades. Esse modelo colaborativo fortalece a adaptação curricular às realidades regionais, favorecendo uma educação mais contextualizada e próxima das necessidades das comunidades locais (Souza, 2018). Um exemplo disso é a implementação de programas de formação continuada de professores em escala intermunicipal, o que possibilita um ensino mais qualificado e alinhado às demandas educacionais de cada região (Fernandes, 2021, p.18).

Entretanto, a consolidação dos consórcios educacionais no Brasil não ocorreu sem desafios. A resistência política à colaboração entre municípios e a burocracia para formalizar e manter os consórcios têm sido obstáculos recorrentes. A autonomia municipal, embora essencial para a governança local, muitas vezes é interpretada como um entrave à cooperação, retardando a adesão de algumas prefeituras a esses arranjos institucionais (Almeida, 2020, p.8). Além disso, a complexidade

dos processos administrativos pode dificultar a implementação ágil das políticas educacionais planejadas pelos consórcios, exigindo maior flexibilidade regulatória e apoio governamental para sua viabilização (Mendes, 2021, p.26-29).

Apesar desses desafios, diversos municípios que aderiram a consórcios educacionais registraram avanços significativos. Experiências bem-sucedidas demonstram que a gestão compartilhada tem impacto positivo tanto na infraestrutura escolar quanto no desempenho dos alunos e na valorização dos profissionais da educação (Rocha, 2020, p.17). O modelo de consórcios permite, por exemplo, que pequenos municípios tenham acesso a programas de capacitação para docentes que, de outra forma, seriam inviáveis devido às limitações financeiras locais (Lopes, 2023, p.44).

Outro fator importante para o sucesso dos consórcios educacionais é a adaptação curricular às realidades locais. Enquanto diretrizes nacionais orientam a estrutura da educação básica, os consórcios possibilitam ajustes pedagógicos que dialogam melhor com a cultura, a economia e as necessidades sociais de cada região. Esse alinhamento contribui para um ensino mais significativo e participativo, fortalecendo o vínculo dos alunos com a escola e reduzindo a evasão escolar (Castro, 2021, p.36).

A governança compartilhada entre municípios também influencia positivamente a gestão educacional, promovendo maior transparência e participação da comunidade escolar nas decisões. Modelos de gestão participativa dentro dos consórcios educacionais demonstram que o envolvimento ativo de gestores, professores e famílias potencializa os efeitos das políticas públicas na educação (Nunes, 2022, p.66).

Dessa forma, os consórcios intermunicipais se consolidam como uma estratégia viável e eficaz para aprimorar a educação básica no Brasil. Apesar dos desafios, sua implementação possibilita uma abordagem mais eficiente na alocação de recursos, na capacitação docente e na construção de políticas educacionais mais inclusivas e alinhadas com as necessidades locais (Carvalho, 2023, p.34).

A ampliação dessa estratégia requer maior articulação entre os entes federativos, investimentos em inovação e a superação de entraves burocráticos que ainda dificultam sua plena execução. Ao promover a colaboração entre municípios, os consórcios educacionais

fortalecem o direito à educação e contribuem para um desenvolvimento social mais equitativo e sustentável (Rocha, 2023, p.82).

A estrutura federativa do Brasil influencia diretamente a governança educacional, pois determina a forma como os municípios compartilham responsabilidades na oferta de serviços públicos essenciais, incluindo a educação básica. Nesse contexto, o federalismo cooperativo desponta como um caminho viável para mitigar desigualdades regionais e garantir maior eficiência na alocação de recursos educacionais. Os consórcios intermunicipais representam uma alternativa concreta dentro desse modelo, ao promoverem o compartilhamento de responsabilidades entre os municípios, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades financeiras e administrativas para implementar políticas educacionais de forma isolada (Arretche, 2012, p.195).

A descentralização da gestão educacional, formalizada pela Constituição de 1988, conferiu aos municípios maior autonomia na formulação e implementação de políticas locais. Contudo, essa autonomia trouxe desafios, uma vez que muitos municípios, sobretudo os menores, não dispõem de recursos técnicos, financeiros e administrativos suficientes para garantir um ensino de qualidade. O federalismo cooperativo, viabilizado pelos consórcios educacionais, permite que esses municípios superem tais dificuldades por meio da gestão compartilhada de recursos e da adoção de estratégias coletivas (Abrucio, 2005, p.114).

A legislação brasileira reconhece os consórcios como um instrumento legítimo para fortalecer a governança pública. A Lei nº 11.107/2005 e seu regulamento, o Decreto nº 6.017/2007, estabeleceram diretrizes normativas para a formação e funcionamento dos consórcios públicos, garantindo segurança jurídica para os municípios que optam por esse modelo de cooperação. No âmbito educacional, essa regulamentação possibilitou a estruturação de parcerias que viabilizam a implementação de projetos voltados à formação docente, à melhoria da infraestrutura escolar e à inovação pedagógica (Brasil, 2005).

Apesar das vantagens evidentes, a implementação dos consórcios educacionais ainda enfrenta barreiras administrativas e políticas. A resistência de alguns municípios à cooperação intermunicipal reflete o receio de perda de autonomia decisória, além

da dificuldade de estabelecer consensos em um contexto de interesses políticos distintos. Além disso, a burocracia envolvida nos processos de adesão e gestão dos consórcios pode dificultar sua operacionalização, exigindo maior suporte técnico e legislativo para a simplificação dos trâmites administrativos (Souza, 2006, p.71).

No entanto, experiências bem-sucedidas demonstram que os consórcios educacionais são instrumentos eficazes para promover a equidade na distribuição de recursos e na oferta de serviços educacionais. Municípios que adotaram esse modelo conseguiram otimizar seus investimentos em infraestrutura escolar, ampliar o acesso à formação continuada de professores e implementar programas pedagógicos inovadores. A colaboração intermunicipal tem se mostrado uma alternativa estratégica para reduzir desigualdades educacionais, garantindo que todos os estudantes, independentemente da localização geográfica, tenham acesso a uma educação de qualidade (Faria, 1996, p.89).

A governança dos consórcios educacionais deve ser pautada pela transparência e pela participação ativa dos gestores municipais, educadores e da comunidade escolar. O alinhamento entre as políticas educacionais formuladas nos consórcios e as diretrizes estabelecidas pelas esferas estadual e federal é fundamental para garantir a coerência das ações implementadas e a continuidade dos programas desenvolvidos. Além disso, a utilização de tecnologias para o compartilhamento de informações e boas práticas pode potencializar os resultados dos consórcios, tornando-os mais eficientes e sustentáveis (Arretche, 2012, p.195).

Dessa forma, os consórcios intermunicipais representam uma estratégia essencial para a melhoria da educação básica no Brasil. Ao promover a cooperação entre municípios, eles viabilizam políticas públicas mais integradas e eficazes, fortalecendo a capacidade dos gestores locais de enfrentar desafios estruturais e ampliar as oportunidades educacionais para a população.

O sucesso desse modelo depende, no entanto, da superação das barreiras burocráticas e da criação de mecanismos de governança que incentivem a participação ativa dos municípios e da sociedade na formulação e execução das políticas educacionais (Abrucio, 2005, p.86).

Os consórcios intermunicipais representam uma estratégia consolidada de cooperação entre municípios para a implementação de

políticas públicas, especialmente em áreas que demandam esforços conjuntos, como a educação básica. Sua função principal é possibilitar a gestão compartilhada de recursos e serviços, promovendo maior equidade na oferta de ensino, especialmente para municípios com menor capacidade administrativa e financeira (Arretche, 2012).

No contexto educacional, esses consórcios surgem como uma alternativa eficaz para a superação das desigualdades regionais, ampliando a capacidade dos municípios na formulação e execução de políticas educacionais. A gestão cooperativa facilita o acesso a infraestrutura escolar de qualidade, programas de formação docente, materiais didáticos e metodologias pedagógicas inovadoras (Trevisan; Abrucio, 2006, p.18).

Esse modelo colabora diretamente para a melhoria da aprendizagem e para a redução das disparidades educacionais entre os municípios, promovendo soluções que dificilmente seriam implementadas de forma isolada.

A descentralização da gestão da educação, estabelecida pela Constituição de 1988, conferiu maior autonomia aos municípios na condução de políticas educacionais. No entanto, a distribuição desigual de recursos financeiros e a carência de infraestrutura em muitas localidades limitaram a capacidade de implementação eficaz dessas políticas.

Nesse cenário, os consórcios intermunicipais possibilitam a cooperação entre cidades vizinhas para superar esses desafios, promovendo uma governança educacional mais eficiente e integrada (Souza, 2006, p.43-46). Estudos demonstram que a cooperação intermunicipal contribui diretamente para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na alocação de recursos e na gestão de programas educacionais.

Ao compartilhar custos e responsabilidades, municípios conseguem implementar ações de maior alcance, como formação continuada de professores e investimentos na modernização da infraestrutura escolar (Pires, 2011, p.78). Além disso, os consórcios permitem a criação de projetos pedagógicos adaptados às necessidades regionais, garantindo que as políticas educacionais sejam contextualizadas e mais alinhadas às realidades locais.

Os consórcios educacionais desempenham um papel essencial na superação de barreiras que limitam o acesso e a qualidade da educação básica. A formação continuada dos professores é uma das estratégias mais eficazes para melhorar a qualidade do ensino. Os consórcios possibilitam a realização de cursos de atualização, seminários e treinamentos em larga escala, otimizando custos e permitindo que mais profissionais tenham acesso à qualificação (Fernandes, 2021, p.18).

Pequenos municípios frequentemente enfrentam dificuldades para manter e modernizar suas escolas. Por meio da cooperação intermunicipal, é possível captar recursos de forma conjunta para investimentos em equipamentos pedagógicos, laboratórios e bibliotecas, garantindo melhores condições de ensino (Mendes, 2021, p.26-29).

Em regiões rurais e municípios de baixa densidade populacional, a oferta de transporte escolar adequado pode ser um desafio significativo. Os consórcios intermunicipais viabilizam o compartilhamento da logística de transporte, garantindo maior eficiência e segurança para os estudantes (Rocha, 2020, p.17).

A adaptação dos currículos escolares às realidades locais é fundamental para tornar o ensino mais relevante e significativo para os alunos. Consórcios educacionais podem atuar na elaboração de materiais didáticos que dialoguem melhor com a cultura e as particularidades regionais, contribuindo para um aprendizado mais contextualizado (Castro, 2021, p.36).

Apesar de seu potencial transformador, os consórcios intermunicipais na educação ainda enfrentam obstáculos que dificultam sua implementação e sustentabilidade. A resistência política de alguns municípios, motivada pelo receio de perda de autonomia administrativa, ainda é um entrave para a adesão a esses arranjos. Além disso, a burocracia nos processos de criação e gestão dos consórcios pode limitar sua eficiência, demandando maior flexibilidade regulatória e suporte técnico especializado (Almeida, 2020, p.8).

Outro desafio importante é garantir que os consórcios sejam geridos com transparência e participação social. A governança dessas iniciativas precisa ser pautada pela colaboração entre gestores, educadores e a comunidade, garantindo que as ações sejam planejadas de forma participativa e que os recursos sejam utilizados de

maneira eficiente. A utilização de tecnologias para compartilhamento de informações e monitoramento das atividades do consórcio pode fortalecer a transparência e otimizar os processos de decisão (Arretche, 2012, p.91).

A consolidação dos consórcios educacionais como um modelo eficaz de governança na educação básica depende da articulação entre os diferentes níveis de governo, da superação de entraves burocráticos e da ampliação do financiamento para essas iniciativas.

Municípios que já adotaram esse modelo relatam avanços significativos na qualidade do ensino, reforçando a importância dessa cooperação intermunicipal como uma estratégia essencial para a melhoria do sistema educacional no Brasil (Abrucio; Grin, 2018, p.256).

3.1 O PAPEL DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS NA EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Diante dos desafios enfrentados por diversos municípios, especialmente aqueles de menor porte e com limitações orçamentárias, a cooperação intermunicipal surge como uma solução viável para a implementação de políticas educacionais mais eficazes e sustentáveis (Abramovay; Castro, 2004, p.36).

Essa modalidade de gestão compartilhada permite que municípios unam esforços para superar barreiras administrativas e financeiras, possibilitando melhorias significativas na infraestrutura escolar, na formação docente e no desenvolvimento de programas pedagógicos inovadores.

Ao longo dos últimos anos, os consórcios educacionais têm demonstrado seu potencial para mitigar desigualdades regionais e fortalecer a governança da educação pública. A descentralização promovida pela Constituição de 1988 conferiu maior autonomia aos municípios, mas, ao mesmo tempo, evidenciou disparidades na capacidade administrativa e financeira de cada ente federativo.

Nesse contexto, os consórcios educacionais emergem como uma alternativa para equalizar o acesso a recursos, permitindo que municípios compartilhem investimentos e implementem políticas

conjuntas que dificilmente seriam viáveis de maneira isolada (Trevisan; Abrucio, 2006, p.18).

A implementação desses consórcios possibilita a adoção de estratégias mais eficazes para a gestão educacional, resultando em benefícios diretos para estudantes, professores e a comunidade escolar. Um dos principais impactos positivos dessa cooperação é a ampliação da formação continuada para docentes, que muitas vezes enfrentam dificuldades para ter acesso a capacitações devido à escassez de recursos municipais. Por meio dos consórcios, é possível viabilizar programas de formação em larga escala, promovendo uma atualização constante dos profissionais da educação e garantindo uma melhoria contínua na qualidade do ensino (Fernandes, 2021, p.18).

Além disso, a otimização da infraestrutura escolar é outro fator relevante, pois a cooperação intermunicipal permite investimentos conjuntos na modernização de escolas, na aquisição de equipamentos e na implementação de projetos pedagógicos que beneficiam um maior número de alunos (Mendes, 2021, p.26-29).

A governança dos consórcios educacionais requer um modelo de gestão participativa e transparente, no qual os municípios consorciados possam tomar decisões conjuntas e alinhar suas prioridades educacionais. A implementação de mecanismos de controle e prestação de contas é fundamental para garantir a eficiência e a sustentabilidade desses arranjos intermunicipais. Além disso, a colaboração entre gestores, educadores e a comunidade escolar fortalece a legitimidade das políticas adotadas, promovendo uma gestão mais democrática e alinhada às reais necessidades da população (Arretche, 2012, p.91).

A experiência de municípios que já aderiram aos consórcios educacionais demonstra que essa cooperação intermunicipal tem sido um fator determinante para a melhoria da qualidade da educação, permitindo a implementação de projetos que envolvem desde a formação docente até o aprimoramento da gestão administrativa das escolas.

Apesar dos avanços, os consórcios públicos educacionais ainda enfrentam desafios que precisam ser superados para garantir sua plena efetividade. Um dos principais entraves é a resistência política de alguns municípios, que enxergam a adesão ao consórcio como uma possível perda de autonomia administrativa. Esse receio, muitas vezes,

está relacionado à falta de informações sobre os benefícios desse modelo de cooperação, o que reforça a necessidade de maior divulgação de boas práticas e casos de sucesso (Diniz, 2010, p.53).

Outro obstáculo relevante está na burocracia envolvida na criação e manutenção dos consórcios, que pode dificultar a operacionalização dos projetos e gerar entraves administrativos que retardam a implementação das ações planejadas.

A sustentabilidade financeira dos consórcios também é um fator determinante para sua continuidade e expansão. O financiamento das ações consorciadas depende, em grande medida, da capacidade dos municípios de captar recursos junto às esferas estadual e federal, além da possibilidade de estabelecer parcerias com instituições do setor privado e organizações da sociedade civil. A diversificação das fontes de financiamento é essencial para evitar a dependência exclusiva de repasses governamentais, garantindo maior estabilidade para a execução dos projetos educacionais (Costa; Castanhar, 2019, p.10-15).

Nesse sentido, a adoção de modelos de gestão mais flexíveis, aliados ao uso de tecnologias para otimizar a administração dos consórcios, pode contribuir para a ampliação da eficiência e da transparência desses arranjos intermunicipais.

A capacidade de inovação dos consórcios educacionais também se destaca como um elemento fundamental para sua consolidação e expansão. A incorporação de novas tecnologias tem desempenhado um papel central na modernização da educação, promovendo métodos de ensino mais dinâmicos e inclusivos.

A utilização de plataformas digitais, por exemplo, tem possibilitado não apenas a ampliação do acesso ao conhecimento, mas também a personalização do aprendizado, permitindo que estudantes e professores explorem recursos interativos e conteúdos adaptados às suas necessidades específicas.

O investimento em metodologias ativas de ensino tem sido outro ponto relevante dentro dos consórcios intermunicipais voltados para a educação. Estratégias como a aprendizagem baseada em projetos, o ensino híbrido e o uso de gamificação vêm sendo aplicadas com o objetivo de tornar o processo educacional mais participativo e estimulante. Essas abordagens contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia dos estudantes e do engajamento

nas atividades escolares, refletindo diretamente na qualidade do ensino oferecido(Pires, 2011, p.93).

A modernização dos processos administrativos também tem sido uma prioridade entre os municípios que integram consórcios educacionais. A implementação de sistemas informatizados para a gestão escolar tem facilitado o acompanhamento do desempenho dos alunos, a organização da rede de ensino e a alocação eficiente de recursos. Ferramentas de monitoramento e avaliação permitem que gestores municipais tomem decisões mais embasadas, garantindo maior transparência e eficiência na condução das políticas educacionais.

A cooperação entre os municípios consorciados fortalece ainda mais esse processo de inovação. O compartilhamento de experiências e conhecimentos tem possibilitado a disseminação de boas práticas, promovendo a adaptação de soluções bem-sucedidas às realidades locais(Pires, 2011, p.93).

Municípios que enfrentam desafios semelhantes podem se beneficiar da expertise de seus parceiros, acelerando a implementação de iniciativas inovadoras e superando dificuldades com maior eficácia. Esse intercâmbio de estratégias tem se mostrado essencial para aprimorar a gestão educacional, potencializar resultados e garantir que avanços sejam sustentáveis ao longo do tempo.

A estrutura dos consórcios permite que as inovações desenvolvidas sejam aplicadas em larga escala, tornando-as mais acessíveis e ampliando seu impacto na educação pública. Esse modelo de colaboração intermunicipal favorece a construção de um ambiente educacional mais conectado às demandas contemporâneas, impulsionando transformações que beneficiam tanto os estudantes quanto os profissionais da educação. O fortalecimento da inovação dentro dos consórcios educacionais reforça sua relevância como estratégia para enfrentar os desafios da educação no Brasil, contribuindo para um ensino mais equitativo, moderno e eficiente.

Dessa forma, os consórcios públicos educacionais representam uma estratégia fundamental para fortalecer a governança da educação básica no Brasil, promovendo uma gestão mais integrada, eficiente e equitativa. O sucesso desses arranjos depende da superação de desafios estruturais e da construção de uma cultura de cooperação

intermunicipal baseada na transparência, na participação e na busca por soluções inovadoras.

A consolidação desse modelo requer um esforço conjunto dos gestores públicos, da comunidade escolar e das esferas governamentais para garantir que os benefícios da cooperação intermunicipal sejam plenamente aproveitados, resultando em um sistema educacional mais justo e acessível para todos.

3.2 ARRANJOS INTERMUNICIPAIS NA EDUCAÇÃO: ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA, DESAFIOS OPERACIONAIS E PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE

Os consórcios intermunicipais têm emergido como arranjos estratégicos para a gestão educacional no Brasil, proporcionando uma resposta coordenada às demandas regionais e suprindo lacunas estruturais enfrentadas por diversos municípios. Fundamentados no princípio da cooperação intermunicipal, esses consórcios oferecem uma abordagem inovadora para a otimização de recursos, implementação de políticas educacionais mais eficazes e fortalecimento da governança educacional.

A regulamentação da Lei nº 11.107/2005 consolidou uma base jurídica sólida para a formalização dos consórcios intermunicipais, garantindo maior segurança institucional e promovendo a articulação entre os entes federativos. Esse marco normativo estabeleceu diretrizes claras para o funcionamento dessas parcerias, permitindo que municípios unissem esforços na execução de políticas públicas e fortalecendo a cooperação intermunicipal como uma estratégia eficiente para a gestão educacional.

Com um arcabouço legal bem definido, a criação e a manutenção desses arranjos passaram a contar com maior previsibilidade administrativa e respaldo técnico, incentivando gestores municipais a adotarem esse modelo como alternativa para enfrentar desafios estruturais na educação básica.

Segundo Abrucio e Soares (2018, p.46) a institucionalização dos consórcios educacionais tem proporcionado avanços significativos na capacidade técnica e administrativa dos municípios, especialmente daqueles com menor porte e restrições orçamentárias. A adoção desse

modelo colaborativo viabiliza a implementação de políticas que, de maneira isolada, seriam de difícil execução, dada a limitação de recursos financeiros e de pessoal especializado.

A organização conjunta de ações educacionais permite a otimização dos investimentos públicos, ampliando o acesso a programas de formação continuada para professores, promovendo o desenvolvimento de materiais didáticos adequados às especificidades regionais e possibilitando a oferta de atividades pedagógicas complementares.

A cooperação intermunicipal também potencializa a inovação pedagógica, incentivando a adoção de novas metodologias de ensino e o uso de tecnologias educacionais que qualificam o processo de ensino-aprendizagem. Com a possibilidade de compartilhar experiências e boas práticas, os municípios consorciados podem desenvolver soluções adaptadas às suas realidades locais, promovendo um ensino mais dinâmico, inclusivo e alinhado às demandas do século XXI.

Esse intercâmbio de conhecimentos e estratégias fortalece a construção de um modelo educacional mais equitativo e sustentável, no qual todas as localidades, independentemente de sua capacidade financeira individual, possam garantir uma educação de qualidade para seus alunos (Abrucio; Soares, 2018, p.46).

Ao consolidar um ambiente de gestão integrada e fortalecer as redes municipais de ensino, os consórcios intermunicipais representam uma alternativa eficiente para reduzir desigualdades educacionais e promover o desenvolvimento regional. A existência de um marco regulatório específico confere legitimidade e estabilidade a essas parcerias, incentivando sua expansão e aprimoramento contínuo.

Nesta senda, a cooperação intermunicipal na educação não apenas contribui para a superação de desafios administrativos e financeiros, mas também reforça a importância do trabalho coletivo na construção de políticas públicas sustentáveis e eficazes.

Dentre as experiências bem-sucedidas, destaca-se o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região Serrana, no Rio de Janeiro. Com um enfoque na integração de práticas educacionais com sustentabilidade, esse consórcio desenvolveu projetos pedagógicos voltados à educação ambiental, capacitando

professores e gestores para disseminar boas práticas ecológicas nas escolas municipais.

A participação ativa das comunidades nas ações de preservação ambiental fortaleceu o vínculo entre a escola e a sociedade, promovendo uma conscientização coletiva sobre a importância da sustentabilidade e incentivando práticas mais responsáveis na relação com o meio ambiente. Esse engajamento contribuiu para o desenvolvimento sustentável da região, tornando a educação ambiental uma ferramenta essencial na formação de cidadãos mais críticos e comprometidos com a preservação dos recursos naturais (Bavaresco et al., 2021, p.163).

No estado de São Paulo, o Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Ribeira tem se destacado como um modelo de cooperação intermunicipal voltado para a busca de soluções integradas na área da educação. A região, caracterizada por altos índices de desigualdade social e por um desenvolvimento econômico historicamente limitado, enfrenta desafios estruturais que impactam diretamente a qualidade e o acesso ao ensino.

A escassez de recursos, a infraestrutura deficitária e a necessidade de políticas públicas mais eficazes tornam o trabalho colaborativo entre os municípios um caminho fundamental para a superação dessas dificuldades.

Diante desse cenário, o consórcio tem estabelecido parcerias estratégicas com organizações não governamentais, ampliando a rede de apoio às políticas educacionais locais. A atuação conjunta com essas instituições tem sido fundamental para viabilizar programas voltados à redução da evasão escolar, garantindo que um maior número de crianças e jovens permaneça no ambiente escolar e conclua sua formação com qualidade.

O fortalecimento da educação na região passa pela criação de estratégias que atendam às demandas específicas da população, considerando não apenas aspectos pedagógicos, mas também sociais e culturais que influenciam diretamente o desempenho e a permanência dos alunos na escola.

Entre as ações implementadas pelo consórcio, a formação contínua de professores tem desempenhado um papel central na melhoria da qualidade do ensino. A capacitação dos educadores busca

garantir que estejam preparados para lidar com os desafios da diversidade presente nas salas de aula, promovendo a adaptação curricular e a introdução de práticas pedagógicas inclusivas. O respeito às particularidades culturais e sociais dos estudantes da região tem sido um eixo estruturante dessas iniciativas, permitindo a construção de um ensino mais significativo e alinhado às realidades locais (Bavaresco et al., 2021, p.163).

O impacto dessas medidas ultrapassa os limites das escolas, refletindo-se na transformação social da comunidade como um todo. O fortalecimento da educação como um direito fundamental e a ampliação das oportunidades de aprendizado criam um ciclo positivo de desenvolvimento, no qual a formação qualificada de crianças e jovens contribui para a geração de novas perspectivas econômicas e sociais na região.

A experiência do Vale do Ribeira demonstra o potencial dos consórcios intermunicipais na criação de soluções eficazes para os desafios educacionais, reforçando a importância da cooperação entre os municípios como um mecanismo de fortalecimento das políticas públicas e de promoção da equidade no acesso à educação (Bavaresco et al., 2021, p.163).

Em seu estudo, Oliveira e Silveira (2019, p.199) indicam que o consórcio obteve resultados significativos na retenção de alunos, especialmente em comunidades rurais, onde o acesso a recursos educacionais é limitado. Outro exemplo importante de inovação na gestão educacional por consórcios é encontrado na Rede de Educação do Sul da Bahia, que introduziu o uso de tecnologias digitais como ferramenta pedagógica essencial. Esse consórcio promoveu a capacitação tecnológica dos professores e disponibilizou equipamentos e plataformas digitais para as escolas participantes.

A adoção de metodologias ativas, mediadas pela tecnologia, facilitou o processo de aprendizagem e engajou os alunos, resultando em uma melhora considerável nos índices de rendimento escolar e na diminuição da evasão (Pereira et al., 2022, p.98).

Apesar dos avanços, os consórcios intermunicipais enfrentam obstáculos significativos. Um dos principais desafios é a gestão financeira, já que os recursos alocados frequentemente são insuficientes para manter programas educacionais amplos e duradouros. A obtenção de financiamento para projetos colaborativos

exige uma coordenação entre os municípios e o apoio das esferas estadual e federal, que nem sempre é prontamente disponibilizado.

A instabilidade de repasses financeiros gera um ambiente de incertezas, onde muitos programas, após serem iniciados, enfrentam dificuldades para continuar devido à falta de verbas (Costa;Castanhar, 2019, p.178).

Para que os consórcios sejam sustentáveis, é necessário que eles diversifiquem suas fontes de financiamento, buscando parcerias com o setor privado e com organizações da sociedade civil, que possam atuar como agentes suplementares no fomento dessas iniciativas. Outro desafio relevante é a resistência cultural e a competição política entre os municípios. Em muitas regiões, ainda prevalece uma visão limitada sobre a colaboração, onde a autonomia administrativa é vista como um símbolo de independência.

Gestores locais podem enxergar a cooperação com outros municípios como uma ameaça à sua soberania, o que dificulta o estabelecimento de objetivos comuns e a implementação de políticas conjuntas. Essa resistência se agrava quando há uma falta de alinhamento político entre os prefeitos ou entre os diferentes partidos que governam os municípios consorciados (Silva; Matos, 2020, p.102).

A superação dessa barreira depende de uma mudança de mentalidade e da promoção de uma cultura de cooperação, que pode ser fortalecida por meio de capacitações e sensibilizações sobre os benefícios da atuação consorciada para o desenvolvimento local.

Além das dificuldades financeiras e políticas, a burocracia na gestão pública representa um entrave significativo para a eficiência dos consórcios. A complexidade dos trâmites administrativos e a exigência de múltiplas aprovações retardam a implementação de políticas educacionais, gerando desmotivação entre gestores e educadores.

Segundo Pereira et al., (2022, p.95) a adoção de plataformas digitais nos consórcios intermunicipais tem o potencial de otimizar processos administrativos, aprimorar a transparência na gestão pública e proporcionar um acompanhamento mais preciso das políticas educacionais. A digitalização da administração permite uma maior eficiência na alocação de recursos, reduzindo entraves burocráticos e garantindo que as decisões sejam embasadas em dados concretos.

O Consórcio do Alto Tietê exemplifica esse avanço ao implementar um sistema integrado de gestão digital, que possibilitou um monitoramento mais detalhado das ações educacionais e contribuiu para uma tomada de decisão mais ágil e estratégica. Com essa modernização, foi possível reduzir significativamente os impactos da burocracia, garantindo maior eficiência na gestão e melhorando a comunicação entre os municípios consorciados (Pereira et al., 2022, p.96).

A implementação de tecnologias digitais nos consórcios intermunicipais tem se mostrado uma solução viável para fortalecer a educação em regiões com recursos limitados, proporcionando novas oportunidades de aprendizagem e ampliando o alcance das políticas públicas educacionais.

Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, plataformas digitais desempenharam um papel essencial na continuidade do ensino remoto, permitindo que estudantes de áreas remotas ou com dificuldades de deslocamento tivessem acesso a conteúdos pedagógicos e interação com professores. Essa experiência evidenciou a importância da infraestrutura digital na educação pública e impulsionou a adoção de soluções tecnológicas no contexto dos consórcios intermunicipais.

O Consórcio Regional de Desenvolvimento Educacional tem sido um dos pioneiros nessa tendência, ao integrar ferramentas digitais que tornam o ensino mais inclusivo e interativo. A utilização de ambientes virtuais de aprendizagem, o acesso a bibliotecas digitais e a adoção de plataformas de ensino adaptativo são algumas das iniciativas que vêm transformando a dinâmica escolar e promovendo maior equidade no acesso ao conhecimento.

As pesquisas conduzidas pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) demonstram que o uso de metodologias inovadoras, como o ensino baseado em projetos e a gamificação, tem um impacto positivo no engajamento dos alunos, estimulando a participação ativa no aprendizado e tornando o processo educativo mais atrativo e eficiente (Castro et al., 2021, p.88).

A introdução dessas inovações tecnológicas nos consórcios educacionais não apenas amplia as possibilidades de ensino, mas também contribui para a formação de alunos mais preparados para os desafios contemporâneos. O desenvolvimento de competências

digitais, a personalização do aprendizado e a diversificação dos métodos pedagógicos são aspectos que fortalecem a qualidade da educação e aproximam as escolas das demandas da sociedade moderna.

Esse movimento em direção à digitalização da educação nos consórcios intermunicipais reforça a importância da cooperação entre os municípios, viabilizando soluções que, de forma isolada, seriam mais difíceis de implementar, e garantindo que o avanço tecnológico se torne um aliado na promoção de um ensino mais acessível, eficiente e inclusivo.

Para que esses consórcios alcancem seu pleno potencial, será necessário avançar em diversas frentes. A simplificação dos processos administrativos, a ampliação do financiamento via parcerias estratégicas e a adoção de soluções tecnológicas são medidas indispensáveis para garantir a continuidade e a expansão dessas iniciativas. É fundamental fomentar uma cultura de cooperação e fortalecer a governança participativa, garantindo que a sociedade civil tenha um papel ativo na formulação e implementação das políticas educacionais.

O Consórcio do Vale do Ribeira, por exemplo, implementou práticas de governança horizontal, promovendo a divisão equilibrada de responsabilidades entre os municípios consorciados. Essa abordagem favorece a coesão interna e contribui para a sustentabilidade a longo prazo dessas iniciativas (Castro et al., 2021, p.88).

O sucesso dos consórcios educacionais está diretamente ligado ao engajamento da sociedade civil, que desempenha um papel fundamental na formulação e na implementação de políticas educacionais mais eficazes. Quando a comunidade participa ativamente das decisões, o comprometimento com as ações propostas se fortalece, criando um ambiente de corresponsabilidade e ampliando o impacto das iniciativas adotadas.

A interação entre gestores públicos, educadores, estudantes e suas famílias torna a gestão educacional mais democrática, transparente e alinhada às necessidades reais da população.

No Consórcio do Vale do São Francisco, a participação popular tem sido incentivada por meio de audiências públicas e oficinas de

debate, permitindo que diferentes segmentos da sociedade contribuam com sugestões e acompanhem de perto o desenvolvimento das políticas educacionais.(Pereira et al., 2022, p.97).

Essas práticas garantem que as decisões tomadas não sejam apenas tecnocráticas, mas fundamentadas nas demandas concretas das comunidades atendidas. Ao estabelecer um canal de diálogo permanente, o consórcio reforça a importância da colaboração entre a escola e a sociedade na construção de soluções eficazes para os desafios da educação básica(Pereira et al., 2022, p.98).

Os consórcios intermunicipais representam uma estratégia inovadora e eficiente para superar dificuldades estruturais enfrentadas por muitos municípios brasileiros. Diante das restrições orçamentárias que limitam investimentos isolados, a união entre diferentes entes federativos possibilita o compartilhamento de recursos, a implementação de tecnologias educacionais e a formação continuada de professores.

Essa abordagem amplia o alcance das políticas públicas, tornando-as mais acessíveis e sustentáveis, principalmente em regiões que enfrentam desigualdades sociais e dificuldades na oferta de ensino de qualidade.

Além das barreiras financeiras e administrativas, fatores burocráticos e culturais ainda impõem desafios à expansão desse modelo de gestão educacional. A adaptação a novas formas de governança, a resistência à cooperação entre municípios e o receio de perda de autonomia dificultam a adesão a consórcios em algumas localidades.

No entanto, experiências bem-sucedidas demonstram que essa estratégia tem potencial para transformar a gestão da educação, promovendo maior equidade e reduzindo disparidades regionais.

O fortalecimento desse modelo exige o desenvolvimento de políticas públicas que estimulem a cooperação intermunicipal, simplifiquem os processos administrativos e garantam suporte técnico para sua implementação. Ao consolidar os consórcios educacionais como ferramentas eficazes na gestão pública, torna-se possível melhorar a qualidade do ensino e construir um sistema educacional mais inclusivo, sustentável e alinhado às necessidades contemporâneas.

A trajetória dos consórcios intermunicipais revela um cenário de resiliência e inovação, onde a educação se consolida como uma responsabilidade compartilhada entre os entes federativos. Se adequadamente estruturados e aprimorados, esses arranjos têm o potencial de se tornarem referências em gestão pública educacional, promovendo um sistema de ensino mais equitativo, acessível e alinhado às necessidades do século XXI.



4

4

MODELOS DE CONSORCIAMENTO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CIEDEPA/PR E OS ADES DA CHAPADA DIAMANTINA

O estudo de caso consiste em uma abordagem metodológica que permite a análise aprofundada de fenômenos específicos, oferecendo uma compreensão detalhada sobre suas dinâmicas e implicações. No campo da educação, essa metodologia é fundamental para examinar experiências concretas de colaboração intermunicipal e identificar práticas eficazes que possam ser replicadas em outros contextos.

Nesta pesquisa, serão apresentados dois estudos de caso sobre modelos distintos de consorciamento educacional no Brasil: o Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná (CIEDEPA/PR) e os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) da Chapada Diamantina, na Bahia. Ambos representam alternativas inovadoras para a gestão compartilhada da educação básica, promovendo cooperação entre municípios com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino.

A escolha desses dois modelos de consorciamento educacional se justifica, sobretudo, pela necessidade de compreender como diferentes arranjos institucionais impactam a governança da educação em regiões com realidades socioeconômicas distintas. O CIEDEPA/PR representa um modelo consolidado no Sul do país, onde os municípios adotaram uma estrutura de gestão mais centralizada para garantir a padronização das práticas educacionais e otimizar a alocação de recursos.

Já os ADEs da Chapada Diamantina são um exemplo do Nordeste brasileiro, caracterizando-se por uma governança descentralizada e pela valorização da participação comunitária na formulação e implementação das políticas educacionais.



O contraste entre esses modelos permite avaliar como distintos contextos geográficos, culturais e administrativos influenciam a eficácia do consorciamento educacional. Segundo Bardin (2011), a análise comparativa entre diferentes experiências possibilita uma avaliação crítica dos processos, permitindo identificar tanto os pontos fortes quanto os desafios inerentes a cada abordagem.

A relevância do consorciamento educacional como estratégia de gestão pública tem sido amplamente discutida na literatura. Para Abrucio e Segatto (2019, p.72), a cooperação intermunicipal é um dos caminhos mais promissores para superar a fragmentação da administração pública e garantir maior eficiência na implementação de políticas educacionais. No Brasil, os municípios enfrentam desafios estruturais e financeiros que dificultam a oferta de uma educação básica de qualidade. Nesse cenário, os consórcios surgem como uma alternativa para viabilizar ações conjuntas, permitindo a otimização dos recursos, a capacitação de professores e a implementação de políticas mais abrangentes. O consorciamento também reforça o princípio do federalismo cooperativo, previsto na Constituição Federal de 1988, ao promover a articulação entre entes municipais para o aprimoramento da gestão pública (Arretche, 2004, p.14).

Diante desse contexto, este capítulo tem como objetivo analisar as experiências do CIEDEPA/PR e dos ADEs da Chapada Diamantina, destacando suas estruturas de governança, fontes de financiamento, estratégias de formação continuada e impactos observados na qualidade da educação. A intenção não é apenas compreender o funcionamento desses modelos, mas também identificar boas práticas que possam ser replicadas em novos consórcios públicos.

Também serão discutidos os desafios enfrentados por essas iniciativas e as condições necessárias para garantir sua sustentabilidade e expansão. Como argumentam Souza e Oliveira (2020, p.23), a análise de experiências concretas permite a formulação de diretrizes mais assertivas para a criação de políticas públicas efetivas.

A partir da apresentação desses estudos de caso, espera-se contribuir para o debate sobre o fortalecimento da cooperação intermunicipal na educação e fornecer subsídios para a formulação de propostas que possam aprimorar o funcionamento dos consórcios educacionais no Brasil.

Ao longo do capítulo, serão exploradas as especificidades de cada modelo, considerando seus contextos regionais e institucionais, de forma a oferecer uma visão abrangente sobre os desafios e oportunidades do consorciamento educacional.

4.1. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ (CIEDEPA/PR)

A criação do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná (CIEDEPA/PR) foi motivada por desafios estruturais e administrativos enfrentados pelos municípios do estado no fornecimento de educação básica de qualidade. Antes de sua formalização, os municípios paranaenses, especialmente aqueles de pequeno e médio porte, tinham dificuldades para garantir uma gestão eficiente dos recursos educacionais. A descentralização da educação, intensificada com a Constituição Federal de 1988, impôs aos municípios a responsabilidade pela gestão do ensino fundamental, o que gerou uma sobrecarga administrativa para cidades com pouca capacidade técnica e financeira (Arretche, 2004, p.14-16).

Dentre os principais desafios encontrados antes da criação do consórcio, destacam-se a desigualdade na alocação de recursos, a dificuldade em contratar e capacitar professores, e a carência de infraestrutura adequada para atender à crescente demanda educacional. Municípios menores, por não possuírem escala suficiente para negociar melhores condições na aquisição de materiais e na formação docente, encontravam-se em desvantagem em relação às cidades maiores. Esse cenário resultava em discrepâncias significativas nos indicadores educacionais dentro do próprio estado, dificultando a oferta de ensino de qualidade de maneira equitativa (Abrucio; Segatto, 2019, p.71).

A criação do CIEDEPA/PR surgiu, então, como uma estratégia para superar esses entraves, adotando o modelo de consórcio público como uma forma de cooperação intermunicipal. O consórcio permitiu que municípios compartilhassem recursos, padronizassem processos administrativos e negociassem conjuntamente a aquisição de materiais e serviços educacionais, tornando a gestão mais eficiente e reduzindo desigualdades (Filippim; Dieguez, 2013, p.32).

Essa estratégia está alinhada ao princípio do federalismo cooperativo, no qual entes federativos atuam conjuntamente para otimizar a oferta de serviços públicos (Brasil, 1988, s/p).

Do ponto de vista legal, a viabilização do CIEDEPA/PR foi possibilitada pela Lei nº 11.107/2005, conhecida como Lei dos Consórcios Públicos. Essa legislação estabeleceu um marco regulatório para a formação de consórcios intermunicipais, permitindo que diferentes entes federativos pudessem se associar formalmente para a prestação de serviços de interesse comum.

No caso do Paraná, essa legislação proporcionou segurança jurídica para a cooperação entre municípios e permitiu a estruturação de um modelo de gestão compartilhada voltado especificamente para a educação básica (Brasil, 2005, s/p).

O CIEDEPA/PR também se inspirou em experiências anteriores de consorciamento público em outras áreas da gestão municipal, como os consórcios de saúde, que já demonstravam bons resultados na ampliação da oferta de serviços. Com base nesse modelo, o consórcio educacional foi estruturado com a finalidade de promover maior eficiência na gestão dos recursos educacionais, garantir formação continuada para os profissionais da educação e permitir um planejamento estratégico conjunto das políticas educacionais municipais (Weber, 2017, p.46).

A implementação do consórcio representou um avanço significativo para a governança educacional do Paraná, permitindo que municípios menores pudessem usufruir dos mesmos benefícios das cidades mais estruturadas. Além disso, a cooperação intermunicipal favoreceu a criação de um ambiente de troca de experiências e boas práticas, fortalecendo a gestão educacional em todo o estado. Apesar dos desafios inerentes ao modelo, como a necessidade de alinhamento político entre os gestores municipais e a garantia de financiamento sustentável, o CIEDEPA/PR consolidou-se como uma referência na colaboração intermunicipal para a educação básica.

4.1.1. ESTRUTURA E GOVERNANÇA

A organização administrativa do CIEDEPA/PR é baseada em uma estrutura de governança colaborativa, composta por diferentes instâncias de decisão e execução. Essa estrutura visa garantir a

participação equitativa dos municípios consorciados na formulação das políticas educacionais e na definição das prioridades do consórcio. A governança do consórcio está dividida nos seguintes órgãos:

- 1. Assembleia Geral – Composta pelos prefeitos dos municípios consorciados, é a instância máxima de deliberação. Suas atribuições incluem a definição das diretrizes estratégicas do consórcio, aprovação do orçamento e planos de ação, bem como a admissão de novos municípios ao consórcio. A Assembleia Geral funciona com base no princípio da colegialidade, garantindo que todos os municípios tenham voz ativa na formulação das políticas educacionais conjuntas (Lima et al., 2023, p.11).**
- 2. Conselho Administrativo – Formado por gestores indicados pelos municípios, geralmente secretários municipais de educação. Esse conselho tem a função de supervisionar a implementação dos projetos educacionais, acompanhar a aplicação dos recursos e garantir a transparência na prestação de contas. O Conselho Administrativo exerce um papel fundamental no monitoramento das atividades do consórcio, assegurando que as ações desenvolvidas estejam alinhadas com as diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral (Dieguez, 2011, p.29).**
- 3. Presidência do Consórcio – O presidente do CIEDEPA/PR é um dos prefeitos dos municípios participantes, eleito para um mandato de dois anos. Sua principal função é representar o consórcio em nível institucional, articular parcerias externas e coordenar as reuniões da Assembleia Geral. O modelo de rotatividade da presidência garante que diferentes municípios possam exercer a liderança do consórcio, promovendo maior equilíbrio político entre os participantes (Castioni, 2014, p.6-9).**
- 4. Secretaria Executiva – Composta por uma equipe técnica especializada, a Secretaria Executiva é responsável pela operacionalização das decisões do consórcio. Suas atribuições incluem a gestão administrativa e financeira, a coordenação dos projetos de formação continuada e a articulação com os municípios para garantir a implementação das ações planejadas. A Secretaria Executiva atua como um elo entre os diferentes órgãos do consórcio, garantindo a execução das políticas definidas**

pela Assembleia Geral e pelo Conselho Administrativo (Weber, 2017, p.46-48).

A tomada de decisão no CIEDEPA/PR ocorre de forma colegiada, respeitando a hierarquia estabelecida na estrutura de governança. As decisões estratégicas são debatidas e aprovadas na Assembleia Geral, enquanto a gestão cotidiana dos projetos é conduzida pelo Conselho Administrativo e pela Secretaria Executiva. Esse modelo permite um equilíbrio entre a centralização das diretrizes educacionais e a descentralização da execução das políticas, garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos (Abrucio; Sano, 2013, p.17).

Para Segatto e Abrucio (2016, p.19) um dos aspectos distintivos da governança do CIEDEPA/PR é a centralização das decisões educacionais. Essa abordagem busca garantir a uniformização das práticas pedagógicas entre os municípios consorciados, evitando discrepâncias na oferta de ensino. No entanto, essa centralização também gera desafios, como a necessidade de conciliar as diferentes realidades locais e garantir que as políticas definidas em nível coletivo atendam às especificidades de cada município.

A seguir, apresenta-se um quadro com a estrutura de governança do CIEDEPA/PR:

Quadro 1 – Estrutura de Governança do CIEDEPA/PR			
Órgão de Governança	Composição	Principais Funções	Forma de Tomada de Decisão
Assembleia Geral	Prefeitos dos municípios consorciados	Deliberação sobre diretrizes estratégicas, aprovar orçamentos e planos de ação, admissão de novos membros.	Decisões por maioria de votos dos prefeitos.
Conselho Administrativo	Representantes indicados pelos municípios (ex.: secretários de educação)	Supervisionar implementação de projetos, fiscalização de recursos, elaboração de relatórios de prestação de contas.	Decisões por consenso entre os membros.

<p>Presidência do Consórcio</p>	<p>Prefeito eleito entre os consorciados</p>	<p>Representação institucional do consórcio, liderar reuniões da Assembleia e do Conselho, promover articulações externas.</p>	<p>Mandato de dois anos com rotatividade.</p>
<p>Secretaria Executiva</p>	<p>Equipe técnica especializada</p>	<p>Coordenação técnica e administrativa, implementação dos projetos, articulação com os municípios participantes.</p>	<p>Coordenação e execução conforme deliberações superiores.</p>

Fonte: Elaboração própria (2024).

O modelo de governança do CIEDEPA/PR apresenta vantagens, como a otimização dos recursos públicos e a ampliação da capacidade de gestão educacional dos municípios. No entanto, desafios como a burocracia na tomada de decisões e a necessidade de maior flexibilidade para atender às demandas locais ainda precisam ser superados. O equilíbrio entre centralização e autonomia municipal segue sendo um dos principais pontos de debate sobre a estrutura do consórcio.

4.1.2 FONTES DE FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade financeira é um dos aspectos mais críticos para o funcionamento do CIEDEPA/PR. Como um consórcio público intermunicipal, sua estrutura de financiamento depende de diferentes fontes de recursos, incluindo repasses estaduais e federais, além das contribuições dos municípios consorciados. A forma como esses recursos são arrecadados e administrados tem impacto direto na capacidade do consórcio de executar seus projetos e garantir a continuidade de suas ações.

A principal fonte de financiamento do CIEDEPA/PR são os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Como previsto na Lei nº 11.494/2007, o FUNDEB constitui um dos principais mecanismos de redistribuição de recursos entre os municípios,

garantindo maior equidade no financiamento da educação básica (Brasil, 2007, s/p).

No entanto, apesar de ser um recurso fundamental, a dependência exclusiva desse fundo pode gerar instabilidade orçamentária, especialmente diante das frequentes oscilações nos repasses federais.

Além do FUNDEB, o consórcio também recebe recursos provenientes de convênios e programas do Ministério da Educação (MEC), bem como do governo estadual do Paraná. A adesão ao Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) são exemplos de como o CIEDEPA/PR busca diversificar suas fontes de financiamento e garantir o atendimento às necessidades educacionais dos municípios consorciados (Brasil, 2013, s/p).

Entretanto, esses programas possuem limitações, pois dependem da disponibilidade orçamentária do governo federal, o que pode comprometer a previsibilidade dos recursos a longo prazo.

Os municípios consorciados também contribuem financeiramente para o consórcio, mediante repasses fixados com base na arrecadação municipal. A definição das contribuições é proporcional ao número de alunos atendidos por cada município, garantindo que os custos sejam distribuídos de maneira equitativa. Essa estratégia visa evitar que municípios menores sejam sobrecarregados financeiramente, permitindo que todos participem de maneira sustentável (Filippim; Dieguez, 2013, p.31-33).

Embora o modelo de financiamento do CIEDEPA/PR seja relativamente estruturado, alguns desafios persistem. A falta de autonomia financeira do consórcio, decorrente da dependência de repasses externos, torna sua gestão vulnerável a mudanças políticas e cortes orçamentários. Além disso, a burocracia para a liberação de recursos federais e estaduais muitas vezes atrasa a implementação de projetos, comprometendo sua efetividade (Abrucio; Franzese, 2013, p.62).

Uma comparação com outros consórcios educacionais revela que o CIEDEPA/PR adota um modelo tradicional de financiamento, baseado na captação de recursos públicos. Alguns consórcios em outros estados têm explorado alternativas como parcerias público-

privadas (PPPs) e doações de organizações do terceiro setor para ampliar sua sustentabilidade financeira.

Essas práticas poderiam ser incorporadas ao modelo do CIEDEPA/PR como uma forma de reduzir sua vulnerabilidade financeira e garantir maior previsibilidade orçamentária (Grin; Abrucio, 2018, p.22-23).

Em síntese, embora o financiamento do CIEDEPA/PR seja relativamente estruturado e conte com múltiplas fontes de recursos, a dependência de repasses governamentais e a burocracia envolvida na liberação de verbas representam desafios a serem enfrentados. Estratégias como a diversificação das fontes de receita e o fortalecimento de parcerias externas poderiam contribuir para a sustentabilidade financeira do consórcio e para a continuidade de suas ações educacionais.

4.1.3 FORMAÇÃO CONTINUADA E IMPACTOS NA QUALIDADE EDUCACIONAL

A formação continuada de professores é um dos pilares das ações desenvolvidas pelo CIEDEPA/PR, com o objetivo de garantir a melhoria da qualidade do ensino nos municípios consorciados.

Segundo Souza (2015, p.14) a capacitação docente é um fator determinante para o sucesso das políticas educacionais, conforme apontado por estudos que demonstram a relação direta entre qualificação profissional e desempenho dos alunos.

Desde sua criação, o consórcio tem promovido diversas iniciativas voltadas para a formação de professores e gestores escolares. Os programas oferecidos incluem cursos presenciais e a distância, oficinas pedagógicas e seminários de troca de experiências entre os municípios participantes. A parceria com universidades e institutos de pesquisa também tem sido um diferencial na capacitação dos profissionais da educação, garantindo acesso a metodologias inovadoras e atualizações curriculares alinhadas às diretrizes nacionais de educação (Lima et al., 2023, p.21-23).

A padronização da formação docente entre os municípios consorciados tem sido uma das principais vantagens do modelo adotado pelo CIEDEPA/PR. Ao estabelecer diretrizes comuns para a capacitação dos professores, o consórcio busca reduzir as

desigualdades na oferta educacional e garantir que todos os alunos tenham acesso a um ensino de qualidade semelhante, independentemente do município em que estudam (Weber, 2017, p.31).

No entanto, essa padronização também apresenta desafios, como a necessidade de adaptar as formações às realidades locais sem comprometer a uniformidade do ensino.

Os impactos das iniciativas de formação continuada podem ser observados nos indicadores educacionais dos municípios participantes. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que as cidades consorciadas ao CIEDEPA/PR apresentaram melhorias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), especialmente nos anos finais do ensino fundamental. O investimento na qualificação dos professores refletiu-se no aumento das taxas de aprovação e na redução da evasão escolar, demonstrando a efetividade das ações implementadas pelo consórcio (INEP, 2022, s/p).

Entretanto, a formação continuada enfrenta desafios, especialmente em relação à adesão dos professores e gestores municipais. Em alguns casos, há resistência por parte dos educadores em participar dos programas de capacitação, seja por falta de tempo, desmotivação ou incompatibilidade com a carga horária de trabalho. Além disso, a rotatividade de profissionais na rede pública de ensino pode comprometer a continuidade das formações, exigindo um esforço contínuo para manter os docentes engajados no processo de qualificação (Abrucio; Segatto, 2019, p.61).

Uma estratégia adotada pelo CIEDEPA/PR para superar esses desafios tem sido a oferta de incentivos para a participação dos professores nos cursos de formação continuada. Além de certificações, alguns municípios consorciados implementaram gratificações e progressão na carreira para os docentes que concluírem determinadas etapas de capacitação. Essa medida tem contribuído para aumentar o engajamento dos profissionais e garantir a adesão aos programas de qualificação (Filippim; Dieguez, 2013, p.17-19).

A formação continuada promovida pelo CIEDEPA/PR tem sido um fator essencial para a melhoria da qualidade educacional nos municípios consorciados. No entanto, a necessidade de adaptação dos programas às realidades locais e a superação das barreiras à

participação docente são aspectos que ainda demandam aprimoramento.

O fortalecimento das parcerias com instituições de ensino superior e a ampliação das modalidades de formação, incluindo o uso de plataformas digitais, podem representar caminhos promissores para ampliar o alcance e a efetividade das capacitações oferecidas pelo consórcio.

4.1.4 PONTOS FORTES E LIMITAÇÕES

O CIEDEPA/PR representa um modelo inovador de cooperação intermunicipal na área da educação, trazendo benefícios significativos para os municípios consorciados. Dentre os principais pontos fortes do consórcio, destacam-se a gestão compartilhada dos recursos, que possibilita maior eficiência na alocação de verbas, e a uniformização das práticas educacionais, garantindo equidade na oferta de ensino. A formação continuada dos professores e o fortalecimento da governança intermunicipal também são aspectos positivos que contribuem para o sucesso do modelo.

Entretanto, algumas limitações ainda precisam ser superadas. A dependência de repasses estaduais e federais gera instabilidade financeira, dificultando o planejamento de longo prazo. A burocracia para a liberação de recursos e a necessidade de maior flexibilidade na governança são desafios que exigem aprimoramento. Noutra perspectiva, a resistência de alguns gestores municipais e professores à adesão às políticas do consórcio pode comprometer a efetividade das ações implementadas.

A experiência do CIEDEPA/PR demonstra que a colaboração intermunicipal é uma ferramenta poderosa para enfrentar desafios educacionais, mas que seu sucesso depende da sustentabilidade financeira, do engajamento dos atores envolvidos e da capacidade de adaptação às necessidades locais.

4.2 ARRANJOS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DA CHAPADA DIAMANTINA

A Chapada Diamantina, localizada no estado da Bahia, apresenta uma realidade educacional historicamente marcada por desafios estruturais e socioeconômicos. Antes da criação dos Arranjos de

Desenvolvimento da Educação (ADEs), a região enfrentava altos índices de analfabetismo, evasão escolar e precariedade na infraestrutura das escolas.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos anos 1990 e início dos anos 2000, muitos municípios da Chapada registravam taxas de analfabetismo acima da média nacional, refletindo uma carência significativa de políticas públicas educacionais eficazes (INEP, 2005, s/p).

A fragmentação da gestão educacional entre os municípios representava um dos principais entraves para a superação dessas dificuldades. Com redes de ensino isoladas e pouco diálogo entre os gestores municipais, cada cidade tentava solucionar seus problemas de forma individual, sem uma articulação regional que permitisse compartilhar boas práticas e otimizar recursos. A falta de professores qualificados era um problema recorrente, especialmente em áreas rurais, onde as condições de trabalho eram ainda mais desafiadoras (Souza, 2018, p.33).

Diante desse cenário, a criação dos ADEs surgiu como uma alternativa inovadora para fortalecer a gestão educacional na região. A ideia central era fomentar a colaboração intermunicipal, permitindo que os municípios compartilhassem experiências, recursos e estratégias para enfrentar os desafios comuns.

Diferentemente de modelos tradicionais de consorciamento, os ADEs da Chapada Diamantina foram concebidos com uma governança descentralizada, que valorizava a participação ativa de professores, gestores escolares e membros da comunidade (Mello, 2019, p.4-7).

Um fator fundamental para a estruturação dos ADEs foi o papel desempenhado pelo Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP). Criado em 1997, o ICEP se tornou uma referência nacional em políticas educacionais voltadas para a melhoria do ensino básico, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A organização foi responsável por articular a criação dos ADEs, oferecendo suporte técnico e metodológico para os municípios consorciados. Por meio de formações, assessoria pedagógica e desenvolvimento de materiais didáticos, o ICEP ajudou a consolidar um modelo de gestão educacional mais eficiente e participativo (ICEP, 2023, s/p).

A experiência da Chapada Diamantina demonstra como a cooperação intermunicipal pode ser uma solução viável para superar desigualdades educacionais, principalmente em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A adoção dos ADEs possibilitou que os municípios passassem a planejar suas políticas de forma integrada, fortalecendo o protagonismo das redes municipais de ensino e criando uma cultura de colaboração entre gestores, professores e a sociedade civil (Brandão, 2020, p.55).

4.2.1 ESTRUTURA E GOVERNANÇA

Os ADEs da Chapada Diamantina se diferenciam de outros modelos de consorciamento educacional pelo seu caráter descentralizado e participativo. A estrutura organizacional dos ADEs não segue um modelo hierárquico rígido, mas sim um arranjo flexível que valoriza a autonomia dos municípios, ao mesmo tempo em que promove a colaboração regional.

A governança dos ADEs é estruturada em torno de uma Assembleia de Prefeitos e Secretários de Educação, que tem o papel de definir diretrizes estratégicas e aprovar ações conjuntas. Essa instância de decisão permite que os gestores municipais discutam políticas educacionais e compartilhem responsabilidades na implementação dos programas. Diferentemente do CIEDEPA/PR, onde as decisões são centralizadas na Assembleia Geral, nos ADEs cada município tem maior autonomia para adaptar as ações às suas especificidades locais (Abrucio; Segatto, 2019, p.36-37).

Outro aspecto inovador dos ADEs é a participação ativa dos professores e diretores escolares na definição das estratégias educacionais. A descentralização do processo decisório permite que os educadores tenham voz ativa na implementação das políticas públicas, garantindo que as iniciativas sejam mais aderentes às realidades das escolas. Essa abordagem contribui para o fortalecimento da gestão democrática da educação, conforme previsto no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a participação da comunidade escolar como princípio fundamental para a educação pública (Brasil, 1988, s/p).

Além dos gestores e professores, os ADEs incentivam o envolvimento da sociedade civil na governança educacional. Organizações comunitárias, associações de pais e ONGs locais

participam ativamente dos fóruns de debate e auxiliam na implementação das ações. Esse modelo participativo fortalece o controle social sobre as políticas educacionais e amplia a corresponsabilidade da comunidade na melhoria da qualidade do ensino (Campos, 2021, p.87).

A descentralização e a flexibilidade das decisões são pontos fortes dos ADEs, pois permitem que cada município adapte as políticas educacionais conforme suas necessidades específicas. No entanto, esse modelo também apresenta desafios. A diversidade de realidades entre os municípios pode gerar dificuldades na implementação de ações conjuntas, especialmente quando há divergências políticas entre os gestores locais. Além disso, a ausência de uma estrutura centralizada para coordenar as iniciativas pode dificultar o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados (Mello, 2019, p.14-17).

Em comparação ao CIEDEPA/PR, os ADEs se destacam pela maior autonomia municipal e pelo envolvimento ativo dos educadores e da sociedade civil. Enquanto o consórcio paranaense adota um modelo mais padronizado e centralizado, os ADEs operam com maior flexibilidade, permitindo que cada município desenvolva estratégias específicas dentro de um planejamento coletivo (Filippim; Dieguez, 2013, p.16).

4.2.2 FONTES DE RECURSOS E SUSTENTABILIDADE

O financiamento dos ADEs da Chapada Diamantina apresenta características distintas em relação a outros modelos de consórcios educacionais. Em vez de depender majoritariamente de repasses estaduais e federais, os ADEs adotam uma estratégia de diversificação das fontes de recursos, buscando parcerias com o terceiro setor e mobilizando a comunidade para apoiar suas ações.

Uma das principais fontes de recursos dos ADEs são **as parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições do setor privado**. O ICEP desempenha um papel fundamental na captação de recursos, estabelecendo convênios com fundações educacionais, empresas e organismos internacionais. Essas parcerias possibilitam o financiamento de programas de formação continuada para professores, aquisição de materiais pedagógicos e melhorias na infraestrutura das escolas (ICEP, 2023, s/p).

Além das ONGs, os ADEs também recebem apoio financeiro de **programas governamentais**, como o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, do Ministério da Educação (MEC). No entanto, diferentemente do CIEDEPA/PR, que depende fortemente dos repasses do FUNDEB, os ADEs mantêm maior autonomia financeira ao buscar fontes alternativas de financiamento (Brandão, 2020, p.82).

Para Campos (2021) **amobilização comunitária** também desempenha um papel importante na sustentabilidade financeira dos ADEs. Campanhas de arrecadação, doações e eventos beneficentes são frequentemente organizados pelas comunidades locais para complementar os recursos necessários para a manutenção das iniciativas educacionais. Esse modelo reforça o envolvimento da sociedade na gestão da educação e fortalece os vínculos entre as escolas e a população.

Apesar das vantagens desse modelo de financiamento, os ADEs enfrentam desafios relacionados à sustentabilidade dos recursos. Como a arrecadação não é padronizada, alguns municípios menores podem ter dificuldades em contribuir financeiramente para o arranjo, o que pode gerar desigualdades na distribuição dos investimentos. Além disso, a captação de recursos privados exige uma estrutura administrativa eficiente, o que nem sempre está disponível em municípios com capacidade de gestão limitada (Mello, 2019, p.66).

A comparação entre os ADEs da Chapada Diamantina e o CIEDEPA/PR mostra que, enquanto o modelo paranaense se apoia principalmente em recursos governamentais, os ADEs buscam uma maior diversificação das fontes de financiamento. Essa estratégia confere maior autonomia ao arranjo, mas também exige um esforço contínuo para garantir a captação e a manutenção dos recursos necessários para suas atividades.

A sustentabilidade financeira dos ADEs da Chapada Diamantina é um dos aspectos que diferencia esse modelo de consórcio educacional em relação a outras experiências intermunicipais. Enquanto muitos consórcios públicos dependem quase exclusivamente de repasses estaduais e federais, os ADEs adotam uma abordagem diversificada para captar recursos. Essa estratégia inclui parcerias com organizações não governamentais (ONGs), fundações privadas, empresas do setor educacional e financiamento coletivo por

meio da mobilização comunitária. A flexibilidade na captação de recursos permite uma maior autonomia e continuidade das ações, reduzindo a vulnerabilidade aos cortes orçamentários típicos dos repasses governamentais (ICEP, 2023, s/p).

Uma das principais instituições responsáveis por viabilizar essa captação de recursos é o Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP), que atua como uma ponte entre os municípios e possíveis financiadores.

O ICEP auxilia na elaboração de projetos, no desenvolvimento de planos estratégicos e na articulação com organizações nacionais e internacionais interessadas em investir na melhoria da educação pública. Essa intermediação foi fundamental para garantir investimentos consistentes ao longo dos anos e consolidar o modelo dos ADEs como referência em consorciamento educacional no Brasil (Mello, 2020, p.11-13).

Os investimentos obtidos através de parcerias privadas foram direcionados principalmente para a formação de professores, aquisição de material pedagógico e desenvolvimento de tecnologias educacionais. Essa abordagem diferenciada permitiu que os municípios participantes dos ADEs obtivessem melhores condições de ensino sem sobrecarregar seus orçamentos. Além disso, o compartilhamento de recursos entre os municípios consorciados contribuiu para um uso mais eficiente dos investimentos, evitando desperdícios e garantindo que os recursos fossem alocados de maneira estratégica (Campos, 2021, p.34).

No entanto, essa dependência de parcerias externas também apresenta desafios, especialmente quando os financiadores reduzem ou encerram o apoio aos programas. Ao longo dos anos, os ADEs enfrentaram momentos de incerteza financeira devido à descontinuidade de alguns aportes, o que impactou a execução de determinadas iniciativas. Para mitigar esse risco, o consórcio tem buscado diversificar suas fontes de financiamento, aumentando a participação direta dos municípios e fortalecendo a arrecadação de recursos próprios, como contribuições voluntárias da sociedade civil e fundos específicos para a educação (Filippim; Dieguez, 2013, p.17-18).

Um dos aspectos mais inovadores do modelo de financiamento dos ADEs é a mobilização comunitária para arrecadação de fundos. Por meio de campanhas de financiamento coletivo e engajamento social, a

comunidade é incentivada a participar ativamente da construção e manutenção das iniciativas educacionais.

Essa estratégia fortalece o vínculo entre a população e as escolas, promovendo uma cultura de corresponsabilidade e valorização da educação. Além disso, a participação social no financiamento contribui para garantir maior transparência na gestão dos recursos e no acompanhamento dos resultados das ações implementadas (Abrucio; Segatto, 2019, p.62-63).

Apesar dessas estratégias inovadoras, os municípios menores que integram os ADEs enfrentam dificuldades para contribuir financeiramente, pois suas receitas são limitadas e a arrecadação de impostos muitas vezes não é suficiente para custear as demandas educacionais. Essa disparidade entre os municípios pode gerar desequilíbrios na alocação dos recursos e dificultar a participação equitativa de todos os consorciados. Para minimizar esse problema, os ADEs adotaram um modelo de financiamento proporcional, onde cada município contribui de acordo com sua capacidade fiscal, garantindo que mesmo as cidades de menor porte possam se beneficiar das ações do arranjo (Brandão, 2020, p.34-35).

Outra característica marcante dos ADEs da Chapada Diamantina é a transparência na gestão dos recursos, que se reflete na criação de mecanismos de controle social e prestação de contas. Os consórcios realizam reuniões periódicas para divulgar os investimentos realizados, permitindo que gestores municipais, professores e a própria comunidade acompanhem a aplicação dos recursos. Além disso, auditorias independentes são frequentemente contratadas para garantir a conformidade com as normas financeiras e evitar irregularidades na administração dos fundos (Campos, 2021, p.18).

A comparação entre o modelo de financiamento dos ADEs e o de consórcios mais centralizados, como o CIEDEPA/PR, revela diferenças significativas na forma como os recursos são arrecadados e distribuídos. Enquanto o CIEDEPA/PR depende fortemente de repasses governamentais, os ADEs diversificam suas fontes de receita e apostam na participação ativa da sociedade civil. Essa autonomia financeira dos ADEs tem sido apontada como um fator-chave para sua longevidade e para a capacidade de adaptação às mudanças no cenário educacional e econômico (ICEP, 2023, s/p).

Um dos desafios enfrentados pelos ADEs no que se refere à sustentabilidade financeira é a falta de institucionalização do modelo dentro da legislação educacional brasileira. Enquanto os consórcios públicos tradicionais, como o CIEDEPA/PR, operam dentro de um marco regulatório bem definido pela Lei dos Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005), os ADEs ainda não possuem uma legislação específica que normatize seu funcionamento e garanta a perenidade do modelo. Essa lacuna jurídica pode dificultar a expansão dos ADEs para outras regiões do país e limitar o acesso a certas fontes de financiamento público (Brasil, 2005, s/p).

Para superar esse obstáculo, especialistas sugerem a criação de um marco regulatório próprio para os arranjos de desenvolvimento da educação, que estabeleça diretrizes para sua governança, captação de recursos e integração com as políticas educacionais dos governos estaduais e federal. Esse reconhecimento formal poderia fortalecer o modelo e ampliar sua adoção em outras regiões, garantindo que a colaboração intermunicipal se torne uma estratégia institucionalizada para a melhoria da educação básica no Brasil (Abrucio; Segatto, 2019, p.31).

4.2.3 FORMAÇÃO CONTINUADA E IMPACTOS NA QUALIDADE EDUCACIONAL

A formação continuada de professores é um dos pilares dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) da Chapada Diamantina. Desde a sua criação, o modelo priorizou a capacitação docente como estratégia essencial para a melhoria da qualidade do ensino.

O Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (ICEP) desempenha um papel central nesse processo, promovendo programas de aperfeiçoamento pedagógico voltados para os professores da rede pública municipal. Essas formações são construídas de maneira colaborativa, respeitando as realidades locais e incentivando metodologias ativas que favorecem a aprendizagem significativa (ICEP, 2023, s/p).

Diferente de modelos centralizados de consórcio educacional, como o CIEDEPA/PR, que seguem diretrizes unificadas para a formação docente, os ADEs optaram por uma abordagem mais flexível, adaptando os conteúdos formativos às necessidades dos professores e

dos alunos de cada município. A descentralização da capacitação permite maior autonomia na escolha das metodologias e incentiva a troca de experiências entre os profissionais da educação. Esse modelo de formação colaborativa tem sido apontado como um diferencial importante, promovendo não apenas a melhoria técnica dos docentes, mas também fortalecendo sua identidade profissional e seu vínculo com a comunidade escolar (Campos, 2021, p.38-40).

Uma das principais iniciativas dentro dos ADEs é o Programa de Formação em Serviço, que se baseia na metodologia de formação continuada dentro do próprio ambiente escolar. Em vez de cursos pontuais e desvinculados da realidade de sala de aula, o programa busca oferecer acompanhamento pedagógico constante, onde os professores recebem suporte técnico e metodológico diretamente nas escolas. Esse modelo evita a desconexão entre teoria e prática, permitindo que os docentes testem e aprimorem novas estratégias de ensino de forma mais dinâmica e eficaz (Mello, 2020, p.36).

Os impactos dessa abordagem na educação dos municípios consorciados têm sido notáveis. Dados do ICEP indicam que, após a implementação dos programas de formação continuada, houve melhoria significativa nos índices de alfabetização e redução das taxas de evasão escolar. Em algumas cidades, o percentual de crianças alfabetizadas na idade certa aumentou em mais de 30% nos últimos anos, resultado atribuído ao aprimoramento das práticas pedagógicas e ao fortalecimento da gestão educacional nos municípios participantes (ICEP, 2023, s/p).

Além da formação técnica, os ADEs também investem no desenvolvimento de competências socioemocionais entre os professores e alunos. Essa iniciativa visa tornar o ambiente escolar mais acolhedor e propício ao aprendizado, especialmente em comunidades vulneráveis, onde fatores externos como desigualdade social, violência e insegurança alimentar podem comprometer o desempenho acadêmico dos estudantes. A integração entre a dimensão pedagógica e a dimensão emocional tem sido um dos fatores que contribuem para o sucesso dos ADEs na Chapada Diamantina (Filippim; Dieguez, 2013, p.101).

Outro reflexo positivo do modelo adotado pelos ADEs é a redução das desigualdades educacionais entre os municípios consorciados. Como as cidades participantes compartilham

experiências, estratégias e recursos, é possível nivelar a qualidade do ensino oferecido em localidades que, antes do consórcio, apresentavam grandes disparidades em infraestrutura e qualificação docente. Esse equilíbrio entre os municípios reforça o princípio da equidade na educação, garantindo que todas as crianças tenham acesso a um ensino de qualidade, independentemente do município onde residem (Abrucio; Segatto, 2019, p.78).

No entanto, apesar dos avanços, alguns desafios ainda persistem na implementação da formação continuada nos ADEs da Chapada Diamantina. Um dos principais obstáculos relatados por gestores educacionais é a adesão dos professores aos programas de capacitação. Muitos docentes, devido à sobrecarga de trabalho e às condições precárias de algumas escolas, encontram dificuldades para participar das formações. A falta de incentivos financeiros e de políticas que valorizem a formação contínua também contribui para a resistência de parte do corpo docente (Campos, 2021, p.33-35).

Além disso, a rotatividade de gestores municipais e secretários de educação compromete a continuidade das políticas educacionais promovidas pelos ADEs. Como as administrações municipais mudam a cada ciclo eleitoral, muitos programas de formação e melhoria da qualidade do ensino acabam sendo descontinuados ou sofrendo alterações significativas, o que prejudica sua efetividade a longo prazo.

Esse fenômeno é observado em diversas iniciativas de colaboração intermunicipal no Brasil e reforça a necessidade de um arcabouço institucional mais sólido que assegure a perenidade dos arranjos educacionais (Brandão, 2020, p.98).

Outro desafio que merece destaque é a dificuldade de adaptação de algumas metodologias de formação às realidades locais. Embora a descentralização seja um ponto forte dos ADEs, garantindo flexibilidade na aplicação dos programas, alguns municípios relatam dificuldades na implementação de determinadas diretrizes pedagógicas, especialmente aquelas que exigem maior infraestrutura tecnológica ou apoio especializado. A falta de conectividade em escolas rurais, por exemplo, limita o uso de plataformas digitais de ensino e formação, criando barreiras para a modernização da educação nessas localidades (ICEP, 2023, s/p).

Para enfrentar essas dificuldades, os gestores dos ADEs têm buscado soluções como a capacitação descentralizada, onde os

próprios professores mais experientes assumem o papel de formadores dentro de seus municípios, disseminando conhecimentos adquiridos nos cursos regionais.

Essa estratégia, além de reduzir custos operacionais, promove um senso de pertencimento e valorização dos docentes locais, aumentando a adesão às formações e fortalecendo a cultura de aprendizado contínuo dentro das redes municipais de ensino (Abrucio; Segatto, 2019, p.101-103).

4.2.4 PONTOS FORTES E LIMITAÇÕES

Os pontos fortes dos ADEs da Chapada Diamantina podem ser identificados em diferentes aspectos da gestão educacional, da formação continuada e da colaboração intermunicipal. Um dos maiores diferenciais desse modelo é sua estrutura descentralizada, que permite maior flexibilidade na tomada de decisões e adaptações às necessidades específicas de cada município participante.

Diferentemente de consórcios centralizados, onde as diretrizes são definidas por um órgão gestor único, os ADEs favorecem a participação ativa de prefeitos, secretários de educação, diretores escolares e professores, garantindo que as políticas educacionais sejam formuladas de maneira mais democrática e representativa (ICEP, 2023, s/p).

Outro aspecto positivo dos ADEs é a integração da comunidade escolar no processo decisório. O envolvimento de pais, alunos e lideranças locais fortalece a governança do arranjo e contribui para uma gestão mais transparente e eficiente. Esse modelo de participação ativa faz com que as demandas educacionais sejam mais bem compreendidas e atendidas, promovendo um maior alinhamento entre as ações do arranjo e as necessidades reais da população. Esse fator é essencial para o sucesso de políticas públicas educacionais, conforme defendido por Brandão (2020, p.39), que enfatiza que a governança participativa fortalece a legitimidade e a sustentabilidade das iniciativas na área da educação.

A colaboração intermunicipal também se destaca como uma das principais forças dos ADEs. A união dos municípios em torno de objetivos comuns permite que sejam compartilhados recursos

financeiros, técnicos e humanos, aumentando a eficiência da gestão educacional.

Essa cooperação facilita, por exemplo, a compra coletiva de materiais pedagógicos, a implementação de projetos conjuntos de formação docente e a mobilização de especialistas em educação para atender diferentes localidades. Essas estratégias maximizam os benefícios do investimento público, gerando impactos positivos tanto na infraestrutura escolar quanto no desempenho dos alunos (Abrucio; Segatto, 2019, p.86).

Cumprе ressaltar que, os ADEs se diferenciam por sua capacidade de inovação pedagógica e metodológica. Diferentemente de modelos tradicionais de consórcio, que priorizam a padronização curricular e administrativa, os ADEs buscam adaptar suas práticas às características regionais, promovendo currículos contextualizados e metodologias de ensino mais dinâmicas. Isso se reflete, por exemplo, na implementação de práticas pedagógicas que valorizam a cultura local, a história da região e a realidade socioeconômica dos alunos. Esse diferencial contribui para o engajamento dos estudantes e para a construção de um ensino mais significativo e relevante (Filippim; Dieguez, 2013, p.47-48).

Outro ponto positivo está relacionado à diversificação das fontes de financiamento. Enquanto muitos consórcios educacionais dependem majoritariamente de repasses estaduais e federais, os ADEs da Chapada Diamantina têm apostado na captação de recursos junto a organizações não-governamentais, empresas privadas e até mesmo na mobilização da própria comunidade. Essa estratégia reduz a vulnerabilidade do arranjo frente a oscilações políticas e econômicas e garante maior estabilidade para a manutenção de projetos de longo prazo (ICEP, 2023, s/p).

No entanto, algumas limitações ainda persistem, dificultando a plena consolidação dos ADEs como modelo de referência para o consorciamento educacional no Brasil. Um dos principais desafios é a sustentabilidade financeira do arranjo, especialmente nos municípios menores, que possuem orçamentos mais restritos e enfrentam dificuldades para contribuir financeiramente de forma contínua.

Apesar da diversificação de fontes de recursos, ainda há uma dependência significativa de apoios externos, o que pode

comprometer a autonomia e a estabilidade do modelo a longo prazo (Abrucio; Segatto, 2019, p.38).

Outro problema enfrentado pelos ADEs diz respeito à disparidade na capacidade de gestão entre os municípios participantes. Como cada cidade tem seu próprio quadro administrativo e diferentes níveis de experiência na gestão educacional, algumas acabam sendo mais beneficiadas que outras dentro do arranjo.

Em municípios onde há uma estrutura de gestão mais consolidada, os avanços educacionais são mais perceptíveis, enquanto em localidades com menor capacidade técnica, os impactos podem ser menos expressivos. Isso gera um desafio adicional para os coordenadores dos ADEs, que precisam equilibrar essas diferenças e garantir que todas as cidades participantes tenham acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento (Brandão, 2020, p.39-40).

Sob esse prisma, há desafios relacionados à rotatividade política e à falta de institucionalização das políticas educacionais dentro dos municípios. Como os prefeitos e secretários de educação mudam a cada ciclo eleitoral, muitas iniciativas são descontinuadas ou passam por alterações significativas, prejudicando a continuidade dos projetos de longo prazo. Esse problema não é exclusivo dos ADEs, mas afeta a grande maioria das políticas públicas no Brasil. Para mitigar esse impacto, é fundamental que os arranjos busquem mecanismos de formalização e institucionalização das práticas, garantindo que a adesão ao modelo seja independente da vontade política dos gestores municipais (Campos, 2021, p.73).

A falta de infraestrutura adequada em algumas escolas também representa um desafio para os ADEs. Apesar dos avanços na melhoria das condições educacionais, ainda há municípios que enfrentam dificuldades na implementação de algumas ações devido à carência de equipamentos, laboratórios, bibliotecas e acesso à internet. Essas limitações dificultam a adoção de metodologias inovadoras e limitam o alcance de iniciativas como o uso de tecnologias digitais na aprendizagem.

Para superar esse obstáculo, torna-se essencial que os ADEs consigam captar mais investimentos voltados à modernização da infraestrutura escolar, garantindo que todas as unidades de ensino

participantes tenham acesso a condições adequadas para o desenvolvimento das atividades educacionais (ICEP, 2023, s/p).

Destaca-se que um dos desafios mais críticos é a dificuldade em medir e avaliar o impacto de longo prazo das ações dos ADEs. Embora existam indicadores que apontam melhorias nos índices de alfabetização e na redução da evasão escolar, ainda há carência de estudos mais aprofundados que permitam avaliar com maior precisão os impactos do modelo na trajetória acadêmica e profissional dos alunos. A construção de sistemas de monitoramento e avaliação contínua das ações dos ADEs pode ser uma solução importante para garantir a eficácia do modelo e aprimorar suas estratégias ao longo do tempo (Filippim; Dieguez, 2013, p.122).

4.3 COMPARAÇÃO E ANÁLISE DOS MODELOS

Os modelos de consorciamento educacional no Brasil apresentam características distintas, refletindo as necessidades e especificidades regionais. O Consórcio Intermunicipal de Educação do Paraná (CIEDEPA/PR) e os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) da Chapada Diamantina são exemplos concretos dessa diversidade. Enquanto o CIEDEPA/PR se destaca por sua governança centralizada e foco na padronização das políticas educacionais, os ADEs da Chapada Diamantina adotam uma abordagem descentralizada, com forte participação da comunidade e dos professores. Essas diferenças estruturais refletem-se diretamente na gestão, financiamento e impacto na educação.

No modelo do CIEDEPA/PR, a tomada de decisões ocorre por meio da Assembleia Geral dos Prefeitos, conferindo um caráter mais hierárquico e formal ao consórcio. Essa centralização visa garantir a uniformidade na aplicação das políticas educacionais, proporcionando maior eficiência na gestão dos recursos. No entanto, essa abordagem pode resultar em menor flexibilidade na adaptação das políticas às realidades locais, o que pode ser um desafio para municípios com necessidades específicas e distintas.

Por outro lado, os ADEs da Chapada Diamantina operam sob um modelo de governança descentralizado, onde as decisões são compartilhadas entre prefeitos, secretários de educação, professores e membros da comunidade. Esse formato favorece a participação ativa dos diversos atores educacionais, permitindo que as políticas sejam

moldadas conforme as particularidades de cada município. Essa estrutura flexível tende a gerar maior engajamento da população, fortalecendo o vínculo entre a escola e a comunidade.

O financiamento dos dois modelos também apresenta diferenças significativas. O CIEDEPA/PR depende, em grande parte, de repasses estaduais e federais, o que pode gerar incertezas orçamentárias e dificultar o planejamento de longo prazo. A dependência exclusiva de recursos públicos torna o consórcio vulnerável às oscilações políticas e econômicas, impactando diretamente a continuidade das ações educacionais.

Em contrapartida, os ADEs da Chapada Diamantina diversificam suas fontes de financiamento, recorrendo a parcerias com ONGs, setor privado e estratégias de mobilização comunitária. Essa abordagem confere maior autonomia financeira e reduz a vulnerabilidade do consórcio diante de crises fiscais.

Outro aspecto essencial na comparação entre os modelos é a formação continuada dos professores. No CIEDEPA/PR, essa formação é predominantemente técnica e curricular, voltada para a padronização das práticas pedagógicas e alinhamento com as diretrizes estaduais. Essa estratégia busca garantir um ensino uniforme e de qualidade equivalente entre os municípios participantes.

Já nos ADEs da Chapada Diamantina, a formação dos docentes vai além do aspecto técnico, incluindo também o desenvolvimento de competências socioemocionais e a valorização da cultura local. Essa abordagem mais holística busca promover um ensino mais contextualizado e alinhado às realidades dos alunos.

Os impactos educacionais também diferem entre os dois modelos. No CIEDEPA/PR, a principal conquista foi a padronização do ensino e a melhoria da eficiência da gestão educacional, possibilitando uma aplicação mais racional dos recursos. Entretanto, essa rigidez pode limitar a capacidade de inovação pedagógica e a adaptação às demandas locais.

Nos ADEs da Chapada Diamantina, por outro lado, a flexibilidade na gestão educacional permitiu uma maior adaptação do ensino às necessidades regionais, resultando em maior engajamento dos alunos e da comunidade no processo educacional.

A experiência de ambos os consórcios permite identificar lições valiosas que podem ser aplicadas na formulação de novos modelos de consorciamento educacional. O CIEDEPA/PR poderia incorporar elementos da abordagem dos ADEs, como maior participação da comunidade e diversificação das fontes de financiamento. A inclusão de mecanismos de envolvimento social nas decisões estratégicas poderia fortalecer a identificação da população com as políticas educacionais e promover maior sustentabilidade financeira.

Por outro lado, os ADEs da Chapada Diamantina poderiam adotar algumas das práticas estruturais do CIEDEPA/PR para fortalecer a governança e a captação de recursos públicos. A implementação de uma estrutura mais formalizada poderia conferir maior estabilidade às iniciativas do consórcio, garantindo continuidade administrativa independentemente das mudanças políticas municipais. Além disso, a busca por fontes de financiamento públicas poderia complementar as parcerias já existentes, ampliando a capacidade de investimento em infraestrutura e formação docente. O quadro 2 sintetiza as principais diferenças entre os dois modelos analisados:

Quadro 2 – Análise comparativa dos modelos		
Aspecto	CIEDEPA/PR	ADEs Chapada Diamantina
Governança	Centralizada, decisões pela Assembleia Geral dos Prefeitos	Descentralizada, participação da comunidade e professores
Financiamento	Dependência de repasses estaduais e federais	Diversificação de fontes (ONGs, setor privado, mobilização comunitária)
Formação Continuada	Foco técnico e curricular	Formação abrangente (técnica + socioemocional)
Impacto na Educação	Padronização do ensino, melhoria na eficiência da gestão	Adaptação do ensino às realidades locais, maior engajamento comunitário

Fonte: Elaboração própria (2024).

A partir da análise desses modelos, fica evidente que cada consórcio apresenta pontos fortes e desafios que podem servir de referência para a criação e aprimoramento de novos arranjos

educacionais intermunicipais. A governança centralizada do CIEDEPA/PR confere eficiência na gestão dos recursos, mas pode dificultar a adaptação das políticas às necessidades locais. Já a estrutura descentralizada dos ADEs da Chapada Diamantina favorece a participação comunitária e a inovação pedagógica, mas pode enfrentar dificuldades na coordenação e na gestão financeira.

Para que novos consórcios educacionais sejam estruturados de forma eficiente, é recomendável a adoção de um modelo híbrido, que combine elementos positivos de ambas as abordagens. Uma governança intermediária, que permita a participação da comunidade sem comprometer a eficiência da gestão, pode representar um caminho promissor. Além disso, a diversificação das fontes de financiamento deve ser uma prioridade, garantindo que os consórcios não dependam exclusivamente de repasses governamentais.

Outra recomendação essencial é a adoção de estratégias de formação continuada que equilibrem aspectos técnicos e socioemocionais. A experiência dos ADEs da Chapada Diamantina mostra que a valorização da cultura local e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais contribuem significativamente para a melhoria do desempenho escolar. Ao mesmo tempo, a padronização de práticas pedagógicas, como ocorre no CIEDEPA/PR, pode ser um fator relevante para garantir um ensino mais equitativo entre os municípios participantes.

A sustentabilidade dos consórcios educacionais depende de um planejamento estratégico de longo prazo. A instabilidade política e econômica dos municípios pode comprometer a continuidade das ações caso não haja mecanismos robustos de governança e financiamento. Nesse sentido, o estudo desses dois modelos reforça a importância de estruturar consórcios que equilibrem eficiência administrativa, participação comunitária e diversificação de fontes de recursos.

O aprendizado proporcionado pela análise do CIEDEPA/PR e dos ADEs da Chapada Diamantina pode orientar gestores públicos na formulação de novos consórcios educacionais. Ao compreender as particularidades de cada modelo, é possível criar estratégias que aproveitem as melhores práticas e mitiguem os desafios observados. Assim, a experiência acumulada por esses consórcios pode contribuir significativamente para a ampliação da colaboração intermunicipal na



educação, promovendo um ensino de maior qualidade e acessível a todos.





5

5

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada evidenciou que os consórcios intermunicipais educacionais desempenham um papel estratégico na estruturação de políticas públicas voltadas à educação básica, promovendo uma gestão mais eficiente e garantindo maior equidade no atendimento às diferentes realidades regionais. A colaboração entre municípios possibilita a criação de soluções conjuntas para desafios comuns, fortalecendo a governança educacional e permitindo a implementação de ações que dificilmente seriam viáveis de maneira isolada.

A análise dos modelos do **Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná (CIEDEPA/PR)** e dos **Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) da Chapada Diamantina** permitiu compreender a importância dessas iniciativas na superação das dificuldades enfrentadas por municípios com menor capacidade administrativa e financeira.

O estudo demonstrou que ambos os modelos ampliam a eficiência da gestão educacional ao promover o compartilhamento de recursos, a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e o desenvolvimento de estratégias voltadas para a formação continuada de professores. Essas iniciativas, ao estabelecerem redes colaborativas entre os municípios, favorecem a troca de experiências e fortalecem a capacidade técnica das administrações locais, impactando diretamente a qualidade da educação oferecida.

A cooperação intermunicipal se revelou um mecanismo essencial para o aprimoramento das políticas educacionais, permitindo que municípios enfrentem desafios estruturais de forma conjunta. O planejamento integrado viabiliza a otimização de investimentos, evitando sobreposição de ações e garantindo uma distribuição mais equilibrada dos recursos. Além disso, a adoção de metodologias de ensino adaptadas às especificidades regionais e a criação de currículos contextualizados contribuem para um aprendizado mais significativo, respeitando as particularidades culturais e sociais de cada localidade.

Embora os dois modelos analisados compartilhem o objetivo de aprimorar a gestão educacional por meio da cooperação intermunicipal, suas estruturas e práticas apresentam características distintas que influenciam tanto seus impactos quanto os desafios enfrentados. O **CIEDEPA/PR**, por exemplo, adota uma governança mais centralizada, com forte ênfase na padronização de processos e na busca por eficiência administrativa.

Já os **ADEs da Chapada Diamantina** enfatizam a flexibilidade e a participação ativa das comunidades locais na formulação das políticas educacionais, promovendo maior autonomia dos municípios envolvidos.

Essas diferenças demonstram que não há um único modelo ideal de consórcio educacional, mas sim diferentes abordagens que devem ser adaptadas conforme as necessidades e particularidades de cada região. A diversidade dos arranjos intermunicipais reforça a importância da cooperação como estratégia para fortalecer a educação pública, garantindo que municípios possam unir esforços para superar limitações financeiras, ampliar a oferta de ensino de qualidade e promover maior equidade educacional em todo o país.

O CIEDEPA/PR, com sua governança mais centralizada e foco na padronização das práticas pedagógicas, demonstrou uma maior capacidade de planejamento estratégico e controle sobre a implementação das políticas educacionais. A adoção de diretrizes unificadas e processos estruturados favorece a coordenação entre os municípios consorciados, garantindo maior eficiência na execução das ações educacionais.

Esse modelo permite um acompanhamento mais rigoroso dos indicadores de desempenho, promovendo uma gestão educacional baseada em metas bem definidas e estratégias de longo prazo.

Já os ADEs da Chapada Diamantina, ao adotarem um modelo mais descentralizado e participativo, evidenciaram maior flexibilidade na adaptação curricular e no envolvimento da comunidade escolar. A autonomia concedida aos municípios na definição de prioridades e estratégias tem fortalecido a gestão local e promovido uma maior apropriação das políticas educacionais por parte dos agentes envolvidos. A participação ativa da sociedade civil, incluindo professores, diretores e famílias, tem sido um diferencial para a

implementação de políticas que refletem de forma mais precisa as necessidades específicas de cada município.

As diferenças observadas entre os dois modelos analisados reforçam a necessidade de adaptar os consórcios educacionais às especificidades regionais, garantindo que suas estruturas organizacionais sejam compatíveis com as características e demandas locais. A flexibilidade no desenho desses arranjos intermunicipais é um fator determinante para seu sucesso, pois permite que cada consórcio desenvolva mecanismos próprios para atender às suas necessidades sem comprometer a efetividade das políticas implementadas.

O equilíbrio entre centralização e descentralização deve ser considerado na formulação dos consórcios, de modo que a padronização de processos não inviabilize a autonomia dos municípios e que a descentralização não dificulte a coordenação das ações conjuntas.

Além dos aspectos relacionados à governança, a sustentabilidade financeira se revelou um dos principais desafios para a consolidação e expansão dos consórcios educacionais. A dependência exclusiva de repasses governamentais torna esses arranjos vulneráveis a oscilações orçamentárias, o que compromete sua continuidade e limita sua capacidade de planejamento de longo prazo. A instabilidade nos repasses impacta diretamente a execução de programas educacionais, dificultando a manutenção de iniciativas já implementadas e a ampliação de novos projetos.

A busca por fontes alternativas de financiamento tem se mostrado um fator crucial para garantir a autonomia e a estabilidade dos consórcios intermunicipais. Estratégias como a captação de recursos por meio de parcerias com instituições privadas, organizações do terceiro setor e organismos internacionais podem contribuir para diversificar as fontes de financiamento e reduzir a dependência exclusiva do poder público. Além disso, a adoção de modelos de governança que incentivem a transparência e a eficiência no uso dos recursos é essencial para fortalecer a credibilidade dos consórcios e ampliar seu acesso a investimentos.

Portanto, a institucionalização dos consórcios educacionais requer a formulação de políticas públicas que garantam não apenas sua viabilidade financeira, mas também mecanismos que assegurem sua continuidade e aprimoramento. O fortalecimento desses arranjos

intermunicipais pode representar uma solução eficaz para a promoção de um sistema educacional mais equitativo, garantindo que municípios, independentemente de seu porte ou capacidade financeira, possam oferecer um ensino de qualidade e superar barreiras estruturais que historicamente dificultam a educação básica no Brasil.

No caso do CIEDEPA/PR, a existência de um modelo de financiamento mais estruturado, com repasses regulares e maior previsibilidade de recursos, favoreceu a continuidade das ações e permitiu uma gestão mais eficiente das políticas educacionais.

A estabilidade financeira proporcionou maior segurança na execução dos programas, possibilitando o planejamento de longo prazo e a ampliação das iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. Esse modelo garantiu que as políticas fossem implementadas de forma contínua, sem interrupções causadas por incertezas orçamentárias, promovendo um ambiente mais favorável à inovação e à qualificação educacional.

Em contrapartida, os ADEs da Chapada Diamantina enfrentam desafios significativos na manutenção de seus programas, uma vez que sua sustentabilidade depende de parcerias pontuais e do engajamento de atores locais. A ausência de um fluxo regular de financiamento torna a gestão dessas iniciativas mais instável, dificultando o planejamento a longo prazo e tornando os consórcios mais vulneráveis a variações econômicas e políticas.

A necessidade de buscar constantemente novos parceiros e fontes de financiamento pode comprometer a continuidade das ações, impactando diretamente a eficácia dos programas educacionais implementados.

Essa diferença reforça a necessidade de um modelo de financiamento que combine recursos públicos e privados, garantindo maior estabilidade para os consórcios intermunicipais e reduzindo sua vulnerabilidade a crises fiscais. A diversificação das fontes de financiamento, incluindo convênios com organizações do terceiro setor, investimentos privados e incentivos governamentais, pode contribuir para a consolidação de consórcios educacionais mais robustos e sustentáveis. Além disso, políticas públicas que assegurem um fluxo contínuo de recursos são fundamentais para garantir que os avanços conquistados não sejam comprometidos por oscilações orçamentárias.

A qualificação dos profissionais da educação e a implementação de programas de capacitação docente também se destacaram como fatores determinantes para o sucesso dos consórcios educacionais. Tanto o CIEDEPA/PR quanto os ADEs da Chapada Diamantina investiram na formação continuada dos professores como estratégia para melhorar a qualidade do ensino e reduzir as desigualdades educacionais entre os municípios consorciados. A capacitação dos docentes se mostrou essencial para fortalecer a implementação das políticas educacionais e garantir um ensino mais qualificado e alinhado às demandas contemporâneas.

Entretanto, a abordagem adotada em cada modelo apresentou variações significativas. O CIEDEPA/PR estruturou um programa de formação padronizado, assegurando que todos os professores recebessem capacitação homogênea, independentemente do município de atuação. Esse modelo favoreceu a uniformização das práticas pedagógicas, garantindo uma base comum de conhecimento e metodologias compartilhadas entre os educadores.

Por outro lado, os ADEs da Chapada Diamantina optaram por uma metodologia mais flexível, permitindo que os conteúdos fossem adaptados às realidades locais. Essa abordagem reconheceu as especificidades socioculturais dos municípios envolvidos e possibilitou a construção de estratégias pedagógicas mais contextualizadas. Ao proporcionar maior autonomia na definição dos conteúdos e metodologias, esse modelo fortaleceu a identidade educacional de cada localidade e garantiu que as formações atendessem às demandas específicas da comunidade escolar.

Ambas as abordagens demonstraram eficácia, mas ressaltaram a importância de considerar as particularidades regionais na formulação de políticas de formação docente. A escolha entre um modelo mais padronizado ou mais flexível deve levar em conta fatores como o perfil dos professores, os desafios enfrentados pelos municípios e a estrutura organizacional do consórcio. Modelos híbridos, que combinem diretrizes comuns com a possibilidade de adaptações locais, podem representar uma solução eficiente para maximizar os impactos da capacitação docente.

A pesquisa também evidenciou que os consórcios educacionais desempenham um papel essencial na mitigação das desigualdades regionais, garantindo maior equidade na oferta de infraestrutura

escolar e no acesso a materiais pedagógicos. Municípios com menor capacidade financeira e administrativa se beneficiam do compartilhamento de recursos e da implementação conjunta de políticas, possibilitando a melhoria da qualidade do ensino e a redução das disparidades educacionais.

A organização em rede fortalece a capacidade dos municípios de enfrentar desafios estruturais, garantindo que a educação básica seja promovida de maneira mais inclusiva e acessível. A cooperação intermunicipal, ao consolidar um modelo de gestão compartilhada, amplia as oportunidades de aprendizagem e assegura que estudantes de diferentes localidades tenham acesso a um ensino de qualidade, independentemente das limitações financeiras de seus municípios. O fortalecimento e a expansão desses arranjos intermunicipais representam, portanto, um caminho promissor para a construção de um sistema educacional mais equitativo e sustentável.

Nos municípios que integram o CIEDEPA/PR, a gestão compartilhada trouxe impactos positivos na otimização de recursos financeiros e na equidade na oferta de ferramentas de ensino. A aquisição conjunta de equipamentos, materiais didáticos e tecnologias educacionais viabilizou investimentos mais estratégicos e acessíveis, permitindo que municípios com menor capacidade orçamentária também tivessem acesso a instrumentos pedagógicos de qualidade. O compartilhamento

o de infraestrutura e serviços educacionais fortaleceu a rede de ensino, promovendo uma maior padronização dos insumos utilizados nas escolas e garantindo condições mais homogêneas para o aprendizado.

Nos ADEs da Chapada Diamantina, a cooperação intermunicipal teve um papel crucial na implementação de projetos de infraestrutura escolar, especialmente em localidades historicamente marginalizadas e com déficits estruturais significativos. A união de esforços entre os municípios possibilitou a construção e reforma de escolas, a ampliação da oferta de transporte escolar e a adequação dos espaços físicos para atender às necessidades dos estudantes. Essas ações foram determinantes para a ampliação do acesso à educação em regiões onde a escassez de investimentos individuais tornava inviável a realização dessas melhorias de forma isolada.

As experiências do CIEDEPA/PR e dos ADEs da Chapada Diamantina demonstram que os consórcios intermunicipais são instrumentos eficazes para a redução de desigualdades regionais, promovendo um ensino mais inclusivo e garantindo que todos os estudantes tenham condições adequadas para aprender. O modelo consorciado não apenas otimiza os recursos disponíveis, mas também fortalece a capacidade técnica dos municípios e fomenta a inovação na gestão educacional, criando soluções integradas para desafios comuns.

Apesar do impacto positivo dessas iniciativas, a implementação dos consórcios educacionais ainda enfrenta barreiras institucionais e políticas que dificultam sua expansão e efetividade. Um dos principais desafios é a resistência de alguns gestores municipais à cooperação intermunicipal, motivada pelo receio de perda de autonomia administrativa. Esse obstáculo se reflete na hesitação em aderir a consórcios e na dificuldade de estabelecer consensos entre municípios com diferentes prioridades e interesses políticos. Em muitos casos, a falta de compreensão sobre os benefícios da governança compartilhada impede a adesão a esses arranjos, limitando o alcance das políticas educacionais implementadas em rede.

Além da resistência política, a ausência de um arcabouço legal mais robusto e a falta de incentivos governamentais específicos para a formação e manutenção dos consórcios educacionais representam entraves significativos para sua disseminação.

A inexistência de mecanismos institucionais que regulamentem a criação e a operação desses arranjos dificulta sua consolidação, tornando-os dependentes de iniciativas locais e da disposição dos gestores em estabelecer parcerias. A criação de diretrizes nacionais para a cooperação intermunicipal na educação, aliada à disponibilização de financiamento específico para esses consórcios, poderia ampliar sua abrangência e garantir maior segurança jurídica para sua atuação.

A institucionalização dessas práticas, por meio de políticas públicas que estimulem e regulamentem sua criação e funcionamento, pode fortalecer a governança educacional e assegurar a continuidade dessas iniciativas a longo prazo.

A implementação de marcos regulatórios mais claros e incentivos financeiros direcionados poderia contribuir para aumentar a adesão dos municípios a esses arranjos e garantir que os benefícios da

cooperação intermunicipal sejam plenamente aproveitados. A expansão dos consórcios educacionais representa um caminho promissor para reduzir desigualdades, otimizar recursos e promover um ensino mais eficiente e acessível em todo o país.

Ante ao exposto, a pesquisa reforça a necessidade de um planejamento estratégico mais estruturado para a criação e aprimoramento dos consórcios educacionais, levando em consideração os desafios identificados e as boas práticas observadas nos modelos analisados. A formulação de estratégias eficazes para a governança intermunicipal da educação exige um entendimento aprofundado das dinâmicas regionais, das demandas específicas de cada município e dos mecanismos que favorecem a colaboração sustentável entre os entes federativos.

A experiência do CIEDEPA/PR e dos ADEs da Chapada Diamantina evidencia que a cooperação intermunicipal tem potencial transformador na gestão da educação básica, promovendo maior eficiência administrativa, equidade na distribuição de recursos e melhoria na qualidade do ensino. Ao unir esforços, os municípios fortalecem sua capacidade técnica e financeira, viabilizando políticas educacionais mais abrangentes e inovadoras. O compartilhamento de infraestrutura, materiais didáticos e tecnologias educacionais amplia o acesso dos estudantes a ferramentas essenciais para a aprendizagem, reduzindo desigualdades regionais e garantindo um ensino mais inclusivo e qualificado.

Para que os impactos desses consórcios sejam ampliados e sustentáveis, torna-se essencial o desenvolvimento de diretrizes mais claras para sua implementação e financiamento. A ausência de regulamentações específicas e a dependência de repasses governamentais variáveis comprometem a continuidade dessas iniciativas, tornando-as vulneráveis a mudanças políticas e oscilações orçamentárias. O estabelecimento de marcos normativos mais robustos, aliados a incentivos financeiros direcionados, pode proporcionar maior segurança institucional e fomentar a expansão desse modelo de governança educacional.

A consolidação dos consórcios intermunicipais educacionais como ferramenta eficaz de gestão pública depende de um conjunto de fatores interligados, que abrangem desde a estruturação da governança e a viabilização de fontes estáveis de financiamento até a

participação ativa da comunidade e o desenvolvimento de políticas educacionais ajustadas às especificidades regionais.

O envolvimento de diferentes atores – incluindo gestores públicos, educadores, estudantes e sociedade civil – é fundamental para garantir que as políticas implementadas sejam legitimadas e alinhadas às necessidades reais das populações atendidas.

O presente estudo demonstrou que a experiência dos consórcios analisados – CIEDEPA/PR e ADEs da Chapada Diamantina – oferece subsídios valiosos para a formulação de diretrizes voltadas à criação e ao aprimoramento desses arranjos colaborativos. Os resultados evidenciaram que, para que um consórcio educacional seja bem-sucedido, sua estrutura deve se basear em princípios fundamentais, como eficiência administrativa, autonomia dos municípios e compartilhamento de boas práticas pedagógicas.

A combinação desses elementos favorece a construção de um modelo de cooperação intermunicipal mais sólido, capaz de superar desafios estruturais e promover uma educação pública de qualidade para todos.

Dessa forma, a expansão dos consórcios intermunicipais representa um caminho promissor para fortalecer a gestão educacional no Brasil, garantindo que municípios de diferentes contextos tenham acesso a recursos e estratégias que potencializem seus sistemas de ensino. O incentivo a essa forma de governança colaborativa, aliado ao aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à cooperação intermunicipal, pode contribuir significativamente para reduzir desigualdades, aprimorar a qualidade da educação básica e tornar o ensino mais acessível e eficiente em todo o país.

Os modelos estudados revelaram que, apesar das diferenças nas estratégias de gestão e na forma como as políticas educacionais são implementadas, há um consenso sobre a relevância da cooperação intermunicipal para enfrentar desafios comuns na oferta de ensino. A análise dos consórcios educacionais demonstrou que a atuação conjunta entre municípios favorece uma gestão mais eficiente, permitindo que recursos sejam melhor aproveitados e políticas públicas sejam desenvolvidas de maneira mais abrangente e sustentável.

O CIEDEPA/PR evidenciou que um modelo estruturado e centralizado pode proporcionar vantagens no que se refere à padronização e ao planejamento estratégico da educação. A adoção de diretrizes comuns, a implementação de programas de formação docente unificados e a uniformização da distribuição de materiais pedagógicos permitiram uma gestão mais coordenada, garantindo maior previsibilidade e controle sobre a execução das políticas educacionais. Esse tipo de abordagem fortalece a equidade entre os municípios consorciados, assegurando que todos tenham acesso aos mesmos recursos e oportunidades de aprimoramento educacional.

Por outro lado, os ADEs da Chapada Diamantina demonstraram a importância da flexibilidade e da autonomia municipal na construção de políticas educacionais que dialoguem com as especificidades locais. A adaptação curricular às realidades socioculturais da região, a participação ativa da comunidade escolar na definição das estratégias educacionais e a liberdade para implementar metodologias pedagógicas inovadoras foram elementos-chave para o sucesso desse modelo. A descentralização das decisões possibilitou um ensino mais contextualizado e ajustado às demandas regionais, favorecendo a apropriação dos processos educacionais por parte dos gestores e educadores.

Essa dualidade entre centralização e descentralização reforça a necessidade de um modelo híbrido, que combine diretrizes comuns entre os municípios participantes com margem para adaptações conforme as particularidades locais. A definição de parâmetros básicos compartilhados pode garantir a organização e a eficiência na gestão educacional, enquanto a possibilidade de ajustes regionais permite que as políticas implementadas sejam mais aderentes à realidade de cada município. Esse equilíbrio pode ser determinante para ampliar o impacto dos consórcios educacionais e garantir que sua atuação seja ao mesmo tempo estruturada e sensível às diferenças territoriais.

Outro aspecto que merece destaque é o impacto positivo dos consórcios na qualidade da educação ofertada. A cooperação intermunicipal tem viabilizado a adoção de práticas pedagógicas mais eficazes, favorecendo a incorporação de novas metodologias de ensino e o fortalecimento da inovação educacional. O investimento conjunto em infraestrutura escolar e em qualificação contínua dos professores tem sido determinante para a melhoria do ensino, garantindo que os

educadores estejam preparados para lidar com os desafios contemporâneos da educação básica.

Além disso, a estruturação de redes de colaboração entre escolas e municípios fortalece o intercâmbio de experiências, promovendo a disseminação de boas práticas e o desenvolvimento de soluções conjuntas para problemas estruturais do sistema educacional. A troca de conhecimentos entre gestores e docentes contribui para a construção de políticas educacionais mais sólidas, baseadas em evidências e experiências bem-sucedidas.

A pesquisa evidenciou que as práticas adotadas nos consórcios analisados contribuíram significativamente para a melhoria do desempenho dos alunos, refletindo-se em indicadores positivos de aprendizagem e redução das taxas de evasão escolar. A criação de mecanismos de cooperação entre municípios demonstrou ser uma estratégia eficaz para reduzir as disparidades educacionais e garantir que todas as localidades envolvidas tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas limitações financeiras ou estruturais.

Os resultados obtidos reforçam a importância da expansão e fortalecimento dos consórcios educacionais como alternativa viável para superar desafios históricos do ensino público no Brasil. A articulação entre municípios, quando bem planejada e institucionalizada, pode representar um avanço significativo na construção de um sistema educacional mais equitativo, eficiente e alinhado às necessidades regionais.

Dentre os desafios identificados, a sustentabilidade financeira dos consórcios educacionais se destaca como uma preocupação central. A dependência exclusiva de repasses governamentais expõe esses arranjos a instabilidades orçamentárias, dificultando não apenas a manutenção das ações já implementadas, mas também a expansão de programas educacionais bem-sucedidos. A oscilação nos repasses financeiros compromete a continuidade das iniciativas, tornando muitos consórcios vulneráveis às mudanças de governo e às flutuações econômicas.

A pesquisa demonstrou que a diversificação das fontes de financiamento pode representar uma alternativa viável para garantir a perenidade dessas iniciativas. O estabelecimento de parcerias com o setor privado, a captação de recursos por meio de editais e fundos de

desenvolvimento educacional e a busca por investimentos provenientes de organizações do terceiro setor surgem como estratégias eficazes para reduzir a dependência de recursos públicos e ampliar a autonomia financeira dos consórcios.

Neste ponto, é importante destacar que a formulação de políticas públicas que assegurem repasses regulares e incentivem a adesão de novos municípios pode fortalecer a estrutura desses arranjos e ampliar seu impacto positivo no sistema educacional.

Além dos desafios financeiros, a pesquisa também identificou a burocracia e a resistência política como obstáculos significativos à implementação e ao fortalecimento dos consórcios educacionais.

Muitos gestores municipais ainda veem a cooperação intermunicipal como uma ameaça à autonomia local, receando perder controle sobre as decisões educacionais. Essa visão dificulta a formação de arranjos colaborativos, retardando o avanço de políticas conjuntas que poderiam beneficiar diretamente os municípios participantes.

A complexidade dos trâmites administrativos e a falta de um arcabouço normativo mais detalhado também comprometem a agilidade e a eficiência da gestão desses consórcios. Em alguns casos, o excesso de exigências burocráticas torna a adesão a essas iniciativas um processo moroso e desestimulante para os municípios, que acabam optando por soluções individuais, mesmo que menos eficazes.

O estudo sugere que a criação de mecanismos regulatórios mais claros, que estabeleçam diretrizes específicas para a formação, financiamento e governança dos consórcios educacionais, pode impulsionar sua adoção e garantir maior segurança jurídica aos municípios consorciados. A simplificação dos processos administrativos também se revela uma medida essencial para fortalecer esse modelo de governança e torná-lo mais acessível a diferentes realidades municipais.

Outro fator determinante para o sucesso dos consórcios educacionais é a participação da sociedade civil na governança dessas iniciativas. A pesquisa demonstrou que transparência e engajamento da comunidade escolar são elementos fundamentais para garantir a legitimidade das ações consorciadas e ampliar o envolvimento dos cidadãos na definição das políticas educacionais.

Modelos de gestão que promovem o diálogo entre os diferentes atores envolvidos na educação, como gestores públicos, professores, pais e alunos, tendem a ser mais eficazes, pois possibilitam uma construção coletiva das soluções e reforçam o compromisso social com a qualidade do ensino.

A criação de instâncias de participação popular, como conselhos consultivos e audiências públicas, pode contribuir para tornar a gestão dos consórcios mais democrática e alinhada às necessidades locais. Além disso, a implementação de mecanismos de controle social, como a divulgação transparente de dados sobre o desempenho das políticas educacionais consorciadas, fortalece a fiscalização por parte da população e amplia a confiança dos municípios na governança compartilhada.

Incentivar a participação da sociedade civil é, portanto, uma estratégia essencial para aprimorar a gestão dos consórcios intermunicipais educacionais e garantir que suas ações sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo.

Os resultados apontam que o fortalecimento dos consórcios educacionais requer um olhar atento às inovações tecnológicas e às novas metodologias de ensino. A adoção de plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagem e metodologias ativas, como ensino baseado em projetos e gamificação, pode potencializar o impacto dos consórcios, promovendo um ensino mais dinâmico, interativo e acessível.

O investimento em tecnologia não apenas facilita a gestão dos consórcios, mas também amplia as oportunidades de aprendizado para os estudantes, reduzindo barreiras geográficas e estruturais que dificultam o acesso à educação de qualidade.

Nesta senda a expansão e o aprimoramento dos consórcios intermunicipais educacionais dependem de uma abordagem integrada, que considere a sustentabilidade financeira, a desburocratização dos processos, a participação social e a incorporação de inovações tecnológicas. O fortalecimento desses arranjos representa um caminho promissor para tornar a educação pública mais equitativa, eficiente e preparada para os desafios contemporâneos.

A experiência dos ADEs da Chapada Diamantina, por exemplo, demonstrou que a adoção de tecnologias digitais pode transformar a

dinâmica da sala de aula e ampliar o acesso ao conhecimento, especialmente em regiões onde a infraestrutura educacional é limitada.

O investimento em plataformas digitais, formação docente em tecnologias educacionais e metodologias inovadoras, como ensino híbrido e aprendizagem baseada em projetos, deve ser uma prioridade para os consórcios que buscam oferecer uma educação de qualidade e alinhada às demandas do século XXI.

Os achados desta pesquisa reforçam que os consórcios intermunicipais educacionais são uma alternativa promissora para enfrentar os desafios da gestão da educação básica no Brasil.

O estudo do CIEDEPA/PR e dos ADEs da Chapada Diamantina evidenciou que a cooperação entre municípios pode resultar em ganhos significativos na eficiência da administração pública e na melhoria da qualidade do ensino. Entretanto, para que esses arranjos sejam ampliados e consolidados, é necessário que os formuladores de políticas públicas promovam medidas que garantam sua sustentabilidade financeira, simplifiquem sua estrutura regulatória e incentivem a participação da sociedade civil em sua governança.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise sobre os impactos dos consórcios intermunicipais educacionais a longo prazo, investigando sua influência nos indicadores de aprendizagem e no desenvolvimento social das regiões envolvidas.

Ademais, seria relevante explorar comparações com modelos internacionais de governança educacional colaborativa, a fim de identificar novas estratégias que possam ser adaptadas ao contexto brasileiro. O avanço dos estudos nessa área contribuirá para o aprimoramento contínuo dessas iniciativas e para a construção de um sistema educacional mais inclusivo, eficiente e sustentável.

Com isso, espera-se que esta pesquisa sirva como base para o aperfeiçoamento dos consórcios públicos educacionais no Brasil, auxiliando gestores públicos, educadores e pesquisadores na formulação de estratégias que consolidem a cooperação intermunicipal como um pilar essencial da política educacional.

O fortalecimento desse modelo de governança pode representar um avanço significativo na busca por uma educação pública de qualidade, garantindo que todas as crianças e jovens tenham acesso a oportunidades educacionais equitativas e condizentes com as exigências da contemporaneidade.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Federalismo e políticas públicas no Brasil: Desafios para a descentralização. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, C. Efeitos recíprocos entre Federalismo e Políticas Públicas no Brasil: os casos dos sistemas de saúde, de assistência social e de educação. In: HOCHMAN, G.; FARIA, C. A. P. (Org.). Federalismo e Políticas Públicas no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2013.

ABRUCIO, Fernando Luiz; PEDROTI, Paula. Arranjos intermunicipais e cooperação regional no Brasil: Contextos, desafios e propostas. Brasília: IPEA, 2017.

ALMEIDA, Roberto. Educação e Consórcios Intermunicipais: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ARRETCHE, Marta. Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, abr./jun. 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jan. 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 11.107/2005. Brasília: DOU, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Brasília, DF: Senado, 2005.

CNM - Confederação Nacional dos Municípios. Consórcios Públicos no Brasil: Relatório de Resultados e Tendências. Brasília, DF: CNM, 2023.

COSTA, Fábio A.; CASTANHAR, José Carlos. Governança e consórcios públicos: Estratégias e desafios da cooperação intermunicipal no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

COSTA, Valdemir Pires da. Consórcios Públicos: Cooperação Intermunicipal e Gestão Compartilhada. Brasília: ENAP, 2015.

COSTA, Valdemir Pires da; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Federalismo e Políticas Públicas no Brasil: Descentralização, Interdependência e Governança. São Paulo: Editora Hucitec, 2016.

DIEGUEZ, R. C. Consórcios intermunicipais em foco: debate conceitual e construção de quadro metodológico para análise política e institucional. Cadernos do Desenvolvimento, v. 6, n. 9, 2011.

DINIZ, Eli. Governança e consórcios intermunicipais: Análise e desafios no contexto educacional brasileiro. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

FILIPPIM, E. S.; DIEGUEZ, R. C. Inovação na cooperação intermunicipal no Brasil: a experiência da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) na construção de consórcios públicos. Revista de Administração Pública, 47(6), 1543–1568.

FUKS, Mario. Participação social e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

GOMES, José Paulo; PEREIRA, Maria Alice. Consórcios intermunicipais: uma alternativa para a gestão de políticas públicas. São Paulo: Editora Brasil, 2018.

INSTITUTO CHAPADA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA (ICEP). Conheça o ADE Chapada Diamantina e Regiões: O primeiro arranjo do país. 2023. Disponível em: <https://institutochapada.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2024.

LIMA, R. P. de; CASTIONI, R.; CARDOSO, M. A. S. A Gestão compartilhada de serviços educacionais por meio dos Consórcios Públicos: O caso do CIEDEPAR. Jornal de Políticas Educacionais. V. 17e89526. Fevereiro de 2023.

LOSADA, Alexandre. Consórcios Públicos e Federalismo no Brasil: Uma Análise das Limitações e Possibilidades de Cooperação Intermunicipal. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 2, p. 63-86, 2008.

MÄDER, Maria Paula Mansur. Arranjos de desenvolvimento da educação: caminhos para implantação e gestão. Curitiba: Aprende Brasil, 2019. 77 p.

MELHORIA DA EDUCAÇÃO. Experiência ADE Chapada Diamantina. 2023. Disponível em: <https://melhoriadaeducacao.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2024.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.

OLIVEIRA, A. P. Desafios e oportunidades dos consórcios intermunicipais no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

OLIVEIRA, Tércio Sampaio Ferraz Júnior. Consórcios Públicos e o Novo Federalismo Brasileiro. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

PEREIRA, João. Desafios da Educação no Brasil: Um Estudo dos Consórcios Intermunicipais. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 10, n. 1, p. 112-130, 2018.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma do Estado para a Cidadania: A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional. Brasília: ENAP, 2011.

PIRES, Roberto Rocha C. Implementação de políticas públicas em ambientes complexos: A cooperação intermunicipal e a gestão consorciada. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

PIRES, Valdemir. Consórcios Públicos: Cooperação Intermunicipal e Gestão Compartilhada. Brasília: ENAP, 2015.

REZENDE, Flávio Amaral. Descentralização e Gestão Regionalizada: Os Consórcios Intermunicipais e os Desafios para a Cooperação Local. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 2, n. 3, p. 131-150, 2010.

REZENDE, Flávio Amaral; COSTA, Sérgio. A Cooperação Intermunicipal em Saúde: Experiências e Desafios no Brasil. Saúde em Debate, v. 43, n. 3, p. 231-246, 2019.

RIBEIRO, Ludgero A. Cooperação Intermunicipal e Desigualdade Regional no Brasil: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Editora Fiocruz, 2017.

RIBEIRO, Ludgero A. Federalismo e Consórcios Intermunicipais: O Caso Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

SILVA, Adriana; PINTO, Maria C. Consórcios Públicos e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Uma Perspectiva para o Brasil. Brasília: IPEA, 2021.

SILVA, T. R.; ALMEIDA, F. B. Consórcios públicos e educação básica: potencialidades e limitações. Revista Brasileira de Administração Pública, v. 51, n. 3, p. 320-339, 2017.

SOUZA, Celina. Federalismo e Descentralização no Brasil: Uma Revisão do Debate. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 54, p. 83-106, 2004.

SOUZA, Celina. Governança e Federalismo: Desafios da Cooperação Intergovernamental no Brasil. Brasília: IPEA, 2019.

SOUZA, L. M. Governança e consórcios públicos: uma abordagem comparativa entre municípios brasileiros. Revista de Administração Municipal, v. 55, n. 1, p. 90-112, 2019.

TEIXEIRA, Marco Antonio; MENEGUIN, Fernando Belo. Parcerias Intermunicipais e a Qualidade do Serviço Público. Revista do Serviço Público, v. 63, n. 4, p. 529-550, 2012.

TREVAS, Fernando Paulo. A regionalização e o fortalecimento dos consórcios públicos. Brasília: IPEA, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPA). Gestores municipais aprofundam debate sobre colaboração intermunicipal para o desenvolvimento da educação. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/66115>. Acesso em: 16 nov. 2024.

WEBER, M. Cooperação Intermunicipal: experiências de Arranjos de Desenvolvimento da Educação no Brasil. Curitiba: Instituto Positivo, 2017.



idp

Bo
pro
cit
ref
Ness
são e

idp

A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
O SEU CONHECIMENTO